

Ψ INSTITUTO DE PSICOLOGIA APLICADA

MESTRADO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL

Tese de Mestrado

**A qualidade da vinculação
nas crianças institucionalizadas**

A Terra do Nunca e os Meninos Perdidos

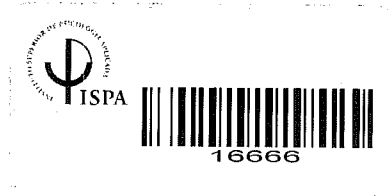
Ana Sanches da Gama n°11328

ORIENTADORA: Manuela Veríssimo

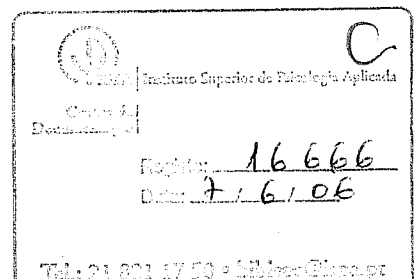
Instituto Superior de Psicologia Aplicada

SEMINÁRIO DIRIGIDO POR: Manuela Veríssimo

Instituto Superior de Psicologia Aplicada



2004



“É o costume nocturno de toda a boa mãe, depois das crianças estarem a dormir, arrumar os seus cérebros e pôr no seu lugar as coisas que se desarrumaram durante o dia. ... tentando imaginar onde teriam ido arranjar isto ou aquilo, fazendo descobertas doces e não tão doces, levando algo à face como se estivessem a acariciar um gatinho, ou colocando outra coisa, apressadamente fora de vista. Quando de manhã acordam a maldade e as paixões más com que foram deitar-se, foram dobradas e guardadas num recanto do vosso cérebro; e no cimo, lindamente arranjados, estão espalhados os vossos pensamentos mais bonitos, prontos para serem utilizados.” (J. M. Barrie, in Peter Pan)

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Doutora Manuela Veríssimo por ter viabilizado e encaminhado este trabalho.

Às crianças do Refúgio Aboím e Ascensão que permitiram este estudo e ao seu director que o consentiu.

À Doutora Elisabete pelo apoio demonstrado, tanto ao nível do empenho em introduzir na rotina quotidiana das crianças um espaço de colaboração, como no tempo investido a prestar esclarecimentos preciosos na realização deste trabalho.

Às Educadoras de Infância que colaboraram no preenchimento dos questionários.

Aos meus amigos pela organização de aspectos técnicos e de administração logística indispensáveis na fase de produção do estudo.

À minha irmã pelas leituras e formatações, e também à Jony pela revisão do texto.

Ao Tiago pelo exemplo de relação de vinculação que motivou a incursão nesta pesquisa.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
A Teoria da Vinculação.....	3
1. Fases de vinculação	8
2. Padrões de vinculação.....	10
3. Figuras de vinculação	15
4. Modelo Interno dinâmico.....	21
5. Período sensível	27
Instituições.....	36
— Adaptação Social.....	40
PROBLEMAS E QUESTÕES EM ESTUDO	51
METODOLOGIA	52
Participantes	52
Instrumentos	54
Procedimento.....	60
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	64
— DISCUSSÃO	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

O reconhecimento da infância como período específico de desenvolvimento é um fenómeno relativamente recente. Freud (Westen, 1998) contribuiu em larga medida para que se encarassem os primeiros tempos de vida, particularmente o tipo de experiências vivenciadas, como uma etapa determinante no desenvolvimento. Bowlby (1984) partilha a formação psicanalítica mas tem uma perspectiva focalizada directamente na criança e no tipo de relação que estabelece com uma figura primária. A investigação que empreendeu, articulada com outros autores, teve como objectivo encontrar noutras áreas do saber contributos para uma nova teoria explicativa da motivação e do controle comportamental.

O trabalho experimental de Ainsworth (1963, 1967; Bretherton 1992) ao nível da investigação da interacção mãe-filho, revelando diferenças individuais e possibilitando uma avaliação da sensibilidade materna, contribuiu em larga medida para corroborar a teoria bowlbyana emergente. Esta autora verifica que a mãe, através do ritmo e cadência das respostas às solicitações do seu bebé, vai desencadeando neste expectativas e representações, oferecendo-se como base segura de confiança para que o bebé se aventure na exploração do meio com ganhos cognitivos tanto maiores quanto mais profícuo for este meio. Estas investigações contribuíram para reforçar a tese bowlbyana definindo o tipo de vinculação que a criança mantém com a mãe como indicador do tipo de relações estabelecidas no futuro, condicionando o seu desenvolvimento social e cognitivo.

Os contextos desfavorecidos dos lares e hospitais, no período pós segunda guerra, foram alvo da pesquisa de vários autores (Bowlby, 1984; Freud, A., 1974; Rutter 1981...) que verificaram o impacto das condições de vida altamente diferenciadas, alcançando resultados esclarecedores ao nível dos efeitos prejudiciais da

privação de uma organização familiar ajustada, especialmente ao nível da manutenção de uma figura propiciadora da relação personalizada e continuada com a criança.

No entanto também foram encontradas algumas condições propiciadoras de desenvolvimento. A investigação de autores como Shaffer (1996), centrada nas questões do comportamento social, estabelece relação entre as relações de vinculação estabelecidas pelas crianças em contextos diferenciados e a adaptação social evidenciada. Este autor salienta o impacto de outros relacionamentos (a família, os companheiros, a escola) para além da mãe que, necessariamente, exercem alguma influência na criança, modelando a sua personalidade e a constituição das relações interpessoais.

A teoria da vinculação de Bowlby (1984, 1998) refere o período da infância como privilegiado para adquirir as aprendizagens a respeito da forma como construir as relações com o outro. É nesta altura que a criança estabelece modelos de representação dos outros e de si, a partir do tipo de experiências de relação que vivencia. Apesar da investigação de autores como Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990), Kaplan, N., & Main, M. (1986), e de Verschueren, K., Schoefs, V. & Marcoen, A. (1994) o modelo de vinculação de Bowlby permanece aberto a explicações sobre a forma como se processa o impacto das representações.

O presente trabalho propõe como base de sustentação teórica da investigação uma revisão da teoria da vinculação. Inserido nesta perspectiva, apresenta um estudo da qualidade da vinculação estabelecida num grupo de crianças institucionalizadas, bem como a análise da relação entre a qualidade destas vinculações e a adaptação social das crianças na Instituição e no Jardim de Infância.

Tendo em conta que os sujeitos participantes deste estudo são crianças institucionalizadas, seguimos a orientação de Willemsen & Marcel (2004) quando defendem uma política de institucionalização centrada nos laços de vinculação, providenciando o direito das crianças à oportunidade de estabelecerem relacionamentos íntimos geradores de uma base de segurança propiciadora de desenvolvimento social e cognitivo.

A TEORIA DA VINCULAÇÃO

O conceito de vinculação (*attachment*) surge com Bowlby e com a teoria que começa a desenvolver acerca da natureza e dinâmica da relação de ligação da criança à mãe. O cruzamento de alguns resultados de investigações em curso levam-no a definir a vinculação como a relação privilegiada, com características genéticas próprias de cada espécie, que o bebé estabelece nas primeiras interações de proximidade com a mãe ou figura substituta.

Esta nova teoria resultou de sucessivas reuniões de investigação onde Bowlby (1981,1989) promovia o encontro de investigadores de áreas de formação diversificada que traziam conceitos da etologia, cibernética, processamento de informação, psicologia desenvolvimental e psicanálise, que foram progressivamente integrados num contínuo explicativo, sucessivamente actualizado, da motivação e controlo comportamental, emergindo em alternativa ao tradicional modelo freudiano da energia psíquica. O autor foi influenciado pelos resultados da investigação etológica, nomeadamente a pesquisa de Lorenz (1935; citado por Montagner, 1990), comprovando que os gansos estabeleciam uma relação de "*imprinting*" ou impregnação com uma figura que não era da mesma espécie.

Os trabalhos realizados por Harlow (1958,1959,1965,1969; citados por Montagner, 1990) com macacos rhésus demonstraram a preferência dos bebés por uma mãe promotora de contacto confortável - manequim revestido de tecido - a uma mãe desagradável mas nutritora - manequim de arame com biberão de leite. A evidência de uma relação de apego preferencial a uma mãe nutritora de segurança, em vez de uma mãe amamentadora, levou Bowlby (1981) a considerar o impacto da resposta de contacto conforto no desenvolvimento da relação de vinculação entre a mãe e o bebé. Entra assim em desacordo com a tese de Freud, A. (1974), que definiu o alimento como a primeira experiência agradável do bebé, com o qual estabelece uma relação de vinculação, posteriormente alargada à pessoa que o sustenta e mais tarde à família.

Através da recolha de contributos em campos científicos diferenciados, Bowlby (1981) acaba por ir ao encontro do que Freud (1915, Bowlby, 1981) já havia afirmado ser necessário, nomeadamente a respeito da Biologia, para a Psicologia poder compreender verdadeiramente a natureza do instinto. A explicação inovadora de Bowlby para a relação mãe-bebé deixa de assentar na premissa da energia libinal que privilegia a necessidade de satisfação. Num dos seus primeiros artigos (1958, Bretherton, 1992) retoma o conceito freudiano de instinto como elo de ligação entre a criança à mãe e vice-versa. A resposta instintiva começa por ter como função essencial estreitar o laço ou vínculo entre ambos. O tipo de respostas instintivas do bebé – chupar, agarrar, seguir, sorrir e chorar – constituem parte do seu repertório comportamental que se vai integrando e direccionando para a mãe ao longo do primeiro ano de vida, sendo consideradas as respostas de agarrar e seguir mais importantes para a vinculação do que o chuchar e o chorar.

Bowlby (1959, Bretherton, 1992) continua a demarcar-se das perspectivas tradicionais alegando não oferecerem uma explicação credível para a vinculação intensa das crianças à figura materna, nem para o tipo de respostas dramáticas que surgem em face da separação. Num trabalho de investigação com Robertson (1952, Bretherton, 1992) identifica três fases de resposta de separação:

- Protesto – relacionada com a ansiedade de separação;
- Desespero – relacionada com a dor e o luto;
- Negação ou desvinculação – relacionada com os mecanismos de defesa, especialmente a repressão.

Estes comportamentos já haviam sido identificados na clínica Hampstead no trabalho de pesquisa de Robertson orientado por Anna Freud (1974).

Bowlby, no seu artigo mais polémico, (1960, Bretherton, 1992), contesta a posição de Anna Freud quando a autora defende a possibilidade de haver um prestador de cuidados adequado para reduzir a ansiedade de separação de uma criança e que esta sofre apenas alguns instantes de ansiedade de separação, por não ter o ego suficientemente desenvolvido. Bowlby (1981) acredita firmemente que o processamento da dor e do luto são retomados sempre que os laços de vinculação são activados sem

que a figura de vinculação esteja disponível. Admite, ainda, que a dificuldade no estabelecimento de relações significativas com outros pode advir de uma percentagem elevada de figuras substitutas.

Influenciado pelo resultado dos trabalhos da pesquisa animal, onde está patente a orientação do comportamento num contínuo desde o reflexo primitivo com padrões fixos de acção até a um complexo de hierarquias planeadas com vista a alcançar objectivos, Bowlby (Bretherton,1992) reformula a sua teoria. Retoma o conceito de sistemas cibernéticos de controlo do comportamento, organizados em hierarquias planeadas em vez do conceito freudiano de impulso ou instinto de que se serviu como explicação inicial. A hereditariedade deixa de ter um papel determinante na regulação do comportamento que passa a ser considerado como mais flexível às circunstâncias do contexto, podendo adaptar-se.

Bowlby (1984) concebe a noção de sistema comportamental de vinculação como resultado de uma interacção articulada onde ambos os intervenientes desempenham papéis que lhes estão atribuídos: o bebé desempenha o papel de procura activa de satisfação das suas necessidades de protecção e segurança; o adulto desempenha o papel de proporcionar a satisfação dos cuidados solicitados pelo bebé. É através deste intercâmbio relacional que o adulto se constitui como figura de vinculação para o bebé.

Este autor define a teoria da vinculação como o enquadramento explicativo do comportamento de vinculação dirigido a determinadas figuras, na sua variação de intensidade e duração. Considera como conceito fundamental desta teoria o sistema de controle comportamental que é activado e dirigido para um objectivo, com vista a manter o organismo em equilíbrio.

Bretherton (1980; Bowlby, 1984), complementando a definição de comportamento de vinculação do próprio autor, refere o aspecto da segurança: com efeito, a vinculação é um sistema que visa alcançar e manter a proximidade, com o objectivo ulterior de obter protecção e segurança.

Cassidy (1999), referindo-se ao comportamento de vinculação como um sistema organizado, salienta, tal como Bowlby, a sua origem biológica. Esta natureza compreende a emissão de comportamentos específicos da espécie, que desencadeiam respostas previsíveis para assegurar a sua preservação. Estes comportamentos de

vinculação, embora não assentem numa base de gratificação alimentar (Ainsworth, 1967; Harlow, 1962; Shaffer & Emerson, 1964; citados por Cassidy, 1999) nem estejam simplesmente associados a situações de prazer, estabelecendo-se também em relação a mães promotoras de maus tratos (Bowlby, 1956; citado por Cassidy, 1999), manifestam-se nas crianças, quer elas sejam ou não satisfeitas nas suas necessidades fisiológicas.

A autora compara a motivação inerente no sistema de vinculação de Bowlby com a formulação piagetiana (1954, citado por Cassidy) da motivação intrínseca exploratória manifestada pela criança.

Este sistema organizado em hierarquias de comportamentos manifesta-se na criança inicialmente a um nível simples dos padrões de acção fixa, através de comportamentos de sinalização (chorar, sorrir, palrar ou chamar, cujo objectivo a atingir é solicitar a presença da figura de vinculação), e ainda dos comportamentos de aproximação (procurar, seguir e agarrar que têm o objectivo dirigido à figura de vinculação). Bowlby (1984) refere que este tipo de comportamentos dirigidos a um objectivo, como o já referido sorriso do bebé em vista da mãe e a resposta desta aproximando-se e pegando-o ao colo, vão-se tornando mais elaborados e complexos como são exemplo os comportamentos, já acima descritos, de seguir a figura de vinculação ou de a agarrar.

A activação do comportamento de vinculação, de acordo com Bowlby (1969, citado por Cassidy, 1999), está directamente relacionada com factores de risco inerente à criança manifestados em estados de desconforto fisiológico e com factores de stress evidentes em situações estranhas. A localização e comportamento de resposta da figura de vinculação tem um impacto imenso nesta interacção. Bowlby (Cassidy, 1999) defende a necessidade de administrar a dose adequada de estimulação para desactivar o comportamento de vinculação. Em função de uma estimulação elevada será necessário a figura de vinculação desactivar este comportamento através da disponibilização de contacto e conforto, no entanto em face de uma estimulação mais fraca, é natural que baste a presença ou o som da voz da figura de vinculação ou de outra substituta. Bowlby e Bretherton (1969/1982 e 1980; citados por Cassidy 1999) comparam o sistema comportamental da vinculação com o funcionamento de um termostato, embora não se verifique no caso da vinculação o desligar do sistema para conservar o equilíbrio do

vínculo. O sistema comportamental vincutivo está sempre em acção variando para uma intensidade maior sempre que a criança, confrontada com estimulação interna ou externa desequilibradora, dirija a sua solicitação à figura de vinculação, tentando repôr o seu equilíbrio gradualmente, através da resposta de aproximação desta figura.

O sistema de comportamentos de vinculação está directamente relacionado com outros sistemas de comportamento, entre os quais destacamos os sociais, os desencadeados pelo medo e os exploratórios.

Cassidy (1999) dá um exemplo claro desta relação no que concerne aos comportamentos exploratórios, referindo-se à possibilidade, muitas vezes utilizada pelos progenitores, de activarem na criança um comportamento exploratório (brincar com as chaves do carro) para evitarem a activação do sistema de vinculação (colo ou choro).

Da medida destas relações entre os sistemas de vinculação e a emissão dos comportamentos exploratórios ou de medo face a situações estranhas, avaliada nos estudos de Ainsworth (1963; Cassidy, 1999), surgem os padrões de vinculação constituindo um conceito fundamental na teoria da vinculação que será explicado no decurso desta investigação.

Afigura-se oportuno esclarecer os conceitos de vinculação, sistema de vinculação e vínculo:

Cassidy define o “*attachment behavior*”, ou comportamento de vinculação, como um comportamento cujo objectivo é alcançar a proximidade da figura de vinculação, enquanto o “*attachment behavioural system*”, ou sistema de comportamentos de vinculação, é o sistema organizado deste tipo de comportamentos.

Ainsworth (1989; Cassidy, 1999) refere-se ao “*attachment bond*” - vínculo ou laço afectivo – como sendo uma ligação de afecto unidireccional, isto é, dirigida de um sujeito a outro.

O enlace afectivo é típico do ser humano no decurso da sua vida sem que se constitua sempre como uma relação de vinculação. As orientações de Bowlby e Ainsworth (1979,1989; citadas por Cassidy 1999) esclarecem o aspecto da persistência e constância relativamente à figura a quem é dirigida a ligação ou vínculo: o laço é

orientado de uma forma continuada à mesma figura, com a qual estabelece uma relação emocionalmente significativa ou diferenciada, proporcionando segurança o que origina uma procura de proximidade e conforto e um sentimento de profundo mal estar quando ocorre uma separação.

Bretherton (1980; Cassidy, 1999) considera que os comportamentos podem ser activados por mais de um sistema comportamental, em ocasiões diferentes e dirigidos ao mesmo sujeito. Quando a criança brinca na presença da figura maternal sem activar nenhum comportamento deste sistema, isto não significa que não esteja vinculada. No entanto se uma criança se agarra efusivamente à mãe, a activação do comportamento de vinculação pode ser classificado como inseguro ou seguro dependendo das circunstâncias que o desencadearam (Ainsworth, 1972; citada por Cassidy 1999).

1. FASES DE VINCULAÇÃO

Bowlby (1984) não acredita no postulado do bebé à nascença ser uma “tábua rasa”. Quando nasce, a criança manifesta equipamento comportamental disposto a ser activado para desenvolver ligações. Aos sistemas comportamentais reguladores do choro, sucção, agarrar e procurar, patentes no início, vão juntar-se o sorriso, o balbuceio e mais tarde o gatinhar e o andar. Estes sistemas comportamentais têm uma organização que vai desde o mais elementar padrão fixo de acção até aos padrões mais elaborados. Bowlby (1984) descreve quatro fases de desenvolvimento do comportamento de vinculação. A descrição das fases tem como objectivo proporcionar alguma noção do repertório de competências do bebé e do seu progressivo desenvolvimento permitindo a organização do comportamento da vinculação.

N A primeira fase – orientação e sinais com uma discriminação limitada das figuras – ocorre manifestamente até aos três meses quando se verificam circunstâncias promotoras de interacção responsiva, por parte das figuras cuidadoras, às solicitações do

bebé. Este dirige naturalmente o seu repertório comportamental aos cuidadores, maturando o sistema comportamental que dará origem ao comportamento da vinculação. No caso do meio ser desfavorável, o período de duração desta fase prolonga-se.

2 A segunda fase – orientação e sinais dirigidos a uma ou mais figuras discriminadas – decorre sensivelmente entre os três e os seis meses, sendo observável um registo comportamental semelhante ao descrito na fase anterior, embora seja evidente uma orientação preferencial para a figura maternal.

3 A terceira fase – manutenção da proximidade a uma figura discriminada através da locomoção e de sinais – acontece especialmente entre os seis meses até aos dois anos. Nesta fase o repertório do bebé está habilitado a responder ao movimento da figura maternal, seguindo-a quando se afasta, recebendo-a com a maior satisfação no seu regresso, utilizando-a como base de segurança para deambulações exploratórias. *“Durante esta fase, alguns dos sistemas mediadores do comportamento de um bebé em relação à mãe tornam-se organizados em termos de correcção para a meta, e torna-se então evidente o apego do bebé à figura materna.”* (Bowlby, 1984, p. 285). Quando o contexto não favorece alguma constância na presença de uma figura principal, prolonga-se o período previsto para emergir esta ligação comportamental à figura maternal.

A quarta fase – formação de uma relação recíproca corrigida por objectivos – surge por volta dos dois anos, até aos dois anos e seis meses. Se no decurso da fase anterior foi iniciada a activação de sistemas corrigidos para a meta, organizados de forma simples recorrendo a um mapa cognitivo elementar, é de salientar que neste mapa cognitivo a figura materna se destaca como um objecto independente cujo comportamento a criança começa a conseguir prever mas não é de todo capaz de justificar nem de o alterar. *Através da observação do comportamento da mãe, durante esta quarta fase”... a criança passa a adquirir um discernimento intuitivo sobre os sentimentos e motivos da mãe.”* (Bowlby, 1984, p. 286) começando a ser capaz de perceber a teia de influências que orienta a conduta da figura maternal, a criança inclui-se nesta rede, por um lado acomodando-se e por outro interferindo com vista a influenciar a mãe a adequar o comportamento aos seus objectivos (Soares, 1992).

2. PADRÕES DE VINCULAÇÃO

Ficou parado a olhar, horrorizado. Todas as crianças ficam assim da primeira vez que são tratadas injustamente. Pensam que devem ser tratadas com justiça. Depois de uma pessoa ser injusta para uma criança ela não deixará de gostar dessa pessoa, mas nunca mais voltará a ser a mesma. (J. M. Barrie, in Peter Pan)

A par da comunidade científica, também Mary Ainsworth (1963,1967; Bretherton, 1992) discorda da fundamentação etológica, encontrada por Bowlby, para explicar a organização do sistema comportamental. Por esta razão deixa a clínica Tavistock onde trabalhava sobre a sua orientação, decidindo iniciar uma investigação particular no Uganda. Com efeito, à medida que se ia dando conta das diferenças individuais na qualidade das interações entre as mães e os bebês, reconhecia a pertinência dos pressupostos etológicos de Bowlby. O tipo de observação empreendida visava descrever o desenvolvimento do comportamento de vinculação, usando como critérios o choro, o comportamento de seguir a figura maternal quando saía e o comportamento de se dirigir a esta quando regressa. Também foi observado o sorriso diferencial dirigido à figura de vinculação, assim como o comportamento de agarrar-se em situação de apuro (Bowlby, 1984).

Os resultados obtidos por Ainsworth (1963, Bretherton, 1992), detalhadamente discutidos em grupos de trabalho depois do seu regresso à clínica Tavistock, revelaram três tipos de padrões de vinculação:

Crianças seguramente vinculadas, interessadas em explorar o contexto, choramingando para encontrar a mãe e prosseguir nessa tarefa exploratória;

Crianças com vinculação insegura, pouco exploradoras do meio e chorando mesmo no colo da mãe;

Crianças não vinculadas, não evidenciando um comportamento diferenciado na presença da mãe.

Dos resultados deste estudo a autora percebeu ainda o efeito da sensibilidade materna na vinculação segura e a correlação positiva que se manifestava quando estas variáveis se encontravam associadas.

Esta investigação foi o início de uma etapa fundamental ao nível da recriação metodológica instrumental e de um procedimento avaliador propulsor do desenvolvimento da teoria da vinculação de Bowlby. Mary Ainsworth veio a revelar-se uma das colaboradoras mais significativas, em termos do trabalho experimental que desenvolveu, fundamentando o constructo teórico de Bowlby.

Ainsworth prosseguiu nesta linha de investigação iminente naturalista, no projecto Baltimore (1963; Bretherton, 1992), privilegiando o registo de padrões de comportamento significativo em detrimento da contagem de frequências de ocorrência de comportamentos específicos.

Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, (1978) realizaram um estudo do equilíbrio entre a vinculação e o comportamento exploratório em situações altamente stressantes numa população de classe média americana. Pretendiam obter resposta para três questões específicas relacionadas com o desfrute da mãe como base segura de activação do comportamento exploratório, resposta à separação e resposta ao estranho. Estes autores criaram em laboratório uma situação estranha consistindo o procedimento numa sequência de oito episódios que representavam cenas potenciadoras da emissão de comportamentos de vinculação em bebés com um ano de vida:

- No primeiro momento a mãe e o bebé entram na sala;
- No segundo momento interagem em situação de jogo livre;
- No terceiro momento entra na sala uma figura estranha que após uma pausa fala à mãe e depois para o bebé, altura em que a mãe sai;
- No quarto momento verifica-se o período de separação da mãe em que a estranha tenta interagir com o bebé;

- No quinto momento a mãe regressa para junto da criança, consola-a se necessário e a figura estranha sai;
- No sexto momento dá-se nova separação da mãe, deixando o bebé só;
- No sétimo momento a estranha regressa e tenta interagir com o bebé;
- No último momento a mãe regressa e pega na criança e a figura estranha sai.

Os resultados revelaram que a criança explorava de forma mais vigorosa a sala na presença da mãe, do que na presença de uma estranha ou quando a mãe se retirava.

Ainsworth (1969, Bretherton, 1992) observou padrões de resposta imprevistos que ocorreram na altura da reunião com a mãe, padrões estes já mencionados nas observações de Robertson na residência Hampstead (1974, Freud A.) em crianças que sofreram separações prolongadas e que a autora já tinha constatado em investigações anteriores, nomeadamente no projecto Baltimore.

Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, (1978) encontraram diferenças ao nível da qualidade de vinculação das crianças nos momentos de reunião podendo definir três tipos de padrões de vinculação de comportamento organizado:

Tipo A – Crianças inseguras – evitantes: Crianças que revelam um comportamento de evitamento relativamente à mãe: não choram quando sai e não a procuram quando regressa, revelam comportamento semelhante com a figura estranha.

Tipo B – Crianças seguras: crianças que revelam segurança na proximidade da mãe, reagindo com alguma ansiedade na sua ausência e revelando algum conforto na sua presença que tem como consequência uma exploração mais activa do meio, reagem a algum conforto prestado pelo estranho.

Tipo C – Crianças inseguras – resistentes/ambivalentes: crianças que revelam alguma ambivalência na proximidade da mãe, emitindo simultaneamente comportamentos de resistência e aproximação activa à proximidade e contacto físico. A procura activa da mãe inibe a

estimulação do ambiente. Reagem com grande perturbação à separação da mãe e à presença do estranho.

Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, (1978) inicialmente convencionaram este procedimento com o objectivo de avaliar as diferenças interindividuais no tipo de relacionamentos, no entanto, mais tarde, verificam ser essencial apurar a qualidade de vinculação estabelecida com a figura de vinculação, na medida em que esta é mediada pelo tipo de relação específica constituída.

As diferenças nos padrões comportamentais foram evidenciadas na investigação intra-cultural e inter-cultural de Van Ijzendoorn e Kroonenberg (1988), levada a cabo em estudos da medida da vinculação, onde foi aplicado o procedimento clássico da situação estranha que remete para o sistema de classificação A, B e C. Estes autores observaram maior incidência de variação intra-cultural do que inter-cultural. A variação inter-cultural foi especialmente apurada na amostra Israelita e Japonesa onde incidia a classificação C; na amostra dos países da Europa Ocidental verificou-se uma incidência relativa na classificação A, oscilando a amostra dos Estados Unidos da América entre estes dois pólos. A classificação B foi uma condição presente em todos os países.

Estudos desenvolvidos em populações de “risco” (Crittenden, 1985, 1988; Field, 1987; Murray & Stein, 1989; Spieker & Booth, 1988; Sroufe, 1979; citados por Soares, 1992), que incidiram em sujeitos de extracto social baixo, mães jovens, famílias monoparentais, famílias desfuncionais e famílias que infligiam maus tratos, tiveram como resultado uma taxa bastante mais elevada de crianças classificadas nos grupos inseguros. Os investigadores constataram que, ao ser retirada da amostra estudada o grupo de famílias desfuncionais e o grupo inflector de maus tratos, os resultados variavam significativamente, verificando-se um equilíbrio entre a vinculação segura e insegura semelhante ao encontrado em populações ditas “normais” (Lyons-Ruth, Connell, Grunebaum, Botein & Zoll, 1984; Spieker & Booth, 1988; Sroufe, 1979; citados por Soares, 1992).

Pesquisa aprofundada nas amostras de risco, especialmente no caso de bebés maltratados ou de mães deprimidas, deu conta de dificuldades de classificação na medida em que se encontraram casos de crianças que reagem de formas dificilmente classificáveis nas categorias previstas por Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, (1978).

Autoras como Main e Solomon (1990, citadas por Sagi & van IJzendoorn 1994) definem outro tipo de padrão:

Tipo D - Crianças inseguras/desorganizadas/desorientadas: Crianças que reagem de forma contraditória, com movimentos assimétricos, estereotípias, expressões de apreensão e desorganização na proximidade da mãe.

Sroufe e Waters (1977) acrescentam implicações desenvolvimentais à importância metodológica evidenciada por este sistema de avaliação da organização comportamental da vinculação. Estes autores consideram que a estruturação segura e adaptada dos relacionamentos de vinculação, no primeiro ano de vida, tem consequências desenvolvimentais ao nível do desempenho revelado na exploração de contextos desconhecidos, bem como na aquisição do conceito de autonomia do *self* e competência no seio do grupo de pares. Do ponto de vista organizacional também demonstram a possibilidade de articular previsões relacionadas com a qualidade da vinculação e o desenvolvimento social, emocional e cognitivo.

A investigação de Egeland & Sroufe (1981) comparativa da qualidade da vinculação entre um grupo considerado de risco, por incluir crianças vítimas de abuso, negligência e abandono, e outro reconhecido com um historial de relação excelente, corrobora a teoria de Bowlby (1984, 1998) e Ainsworth (1974) a respeito da qualidade de atenção e carinho dispensado influenciar o tipo de relacionamento estabelecido e, por consequência, influenciar o tipo de padrão de vinculação revelado. Neste estudo os autores verificaram alterações ao nível da qualidade de vinculação demonstrada pelo grupo de crianças de risco que numa primeira avaliação (12 meses) evidenciaram um padrão de vinculação inseguro e num segundo momento avaliador (18 meses) manifestaram alteração deste padrão para vinculação segura. Na explicação sugerida pelos autores entram em linha de conta vários factores: um deles foi a alteração do tipo de cuidados prestados em termos do apoio efectuado por outro cuidador familiar (avó); outro, também referido por Bowlby e Ainsworth, está relacionado com o impacto das características particulares da criança, mais ou menos resistente a condições adversas do contexto relacional. Num estudo anterior destes autores com Vaughn et al (1979, Egeland & Sroufe, 1981) confirmou-se estarem as transformações operadas na qualidade da vinculação em estreita relação com alterações significativas manifestadas na qualidade de vida. Os autores consideram fundamental prosseguir a pesquisa neste

campo, de forma a ampliar e sedimentar o leque de fenómenos explicativos destas transformações, sugerindo não se reportarem exclusivamente ao contributo de outras figuras de vinculação, embora o seu impacto seja um aspecto a ter em conta.

3. FIGURAS DE VINCULAÇÃO

De acordo com Shaffer e Emerson (1964, Bretherton, 1992), o bebé humano começa por dirigir o sorriso indiferenciadamente aos adultos prestadores de cuidados. Progressivamente vai orientando a sua atenção para as figuras primárias que respondem às suas solicitações ou que o iniciam em interacção social. Quando a vinculação fica estabelecida a uma figura primária, esta constitui uma base segura de confiança para quem a criança regressa sempre que, após uma deambulação exploratória num contexto determinado, sinta uma eventual ameaça estranha. A figura de vinculação tem um impacto tanto maior quanto maior sensibilidade demonstrar na resposta às solicitações da criança e melhor for a qualidade de interacção desenvolvida.

A investigação de Shaffer e Emerson nos bebés escoceses (1964a; Bowlby, 1984) revela uma pré-disposição natural para a interacção social, verificando-se que a natureza deste interesse não reside na satisfação de necessidades fisiológicas, mas sim na prontidão devotada à efectivação da resposta ao bebé, assim como na intensidade de interacção dispensada. Shaffer (1996) refere terem as crianças uma tendência genética para desenvolver relações de vinculação com as figuras cuidadoras, independentemente da quantidade de tempo despendido com elas - o critério de selecção é mais determinado pela qualidade de relação que se estabelece.

Para Bowlby (1984) a criança dirige naturalmente o seu comportamento de vinculação a mais do que uma figura. Do conjunto de variáveis a influenciarem o estabelecimento destas múltiplas ligações, destaca as relativas à sensibilidade demonstrada pela figura de vinculação na resposta ao choro da criança e às solicitações de interacção social.

O determinismo do contexto cultural é mencionado por Bowlby (1984) no estabelecimento de figuras de vinculação subsidiárias às figuras da mãe e do pai. Estas

figuras estendem-se naturalmente à família biológica dos irmãos, tios e avós. Ambas as investigações de Ainsworth e de Emerson & Shaffer (1967; 1964a citadas por Bowlby 1984) realizadas no Uganda e na Escócia, respectivamente, fazem referência ao pai e, no caso das crianças escocesas, à avó como figuras cuidadoras sensíveis a quem a criança recorre estabelecendo uma relação de vinculação. Estes e outros estudos demonstraram, no entender de Bowlby (1984), uma prevalência da mãe natural como principal figura de vinculação, embora o seu papel não seja exclusivo, podendo ser desempenhado por qualquer outra figura maternal.

Partindo do princípio de que na cultura ocidental as mães são as figuras de vinculação preferidas e os pais são mais companheiros de brincadeiras, um pouco à maneira bowlbyana atribuindo à mãe o papel de assegurar o conforto em alturas de stress e ao pai o papel de camaradagem lúdica em alturas de bom humor, Cox, M. et al (1992) investigaram o tipo de vinculação a partir da qualidade da interacção entre ambos os pais e filhos, do testemunho e atitude só dos pais, assim como do tempo despendido nas interacções por ambos os pais. Este estudo longitudinal permitiu verificar que a manifestação de interacções afectivas e agradáveis aos três meses predizia a manifestação de uma relação de vinculação segura em relação à figura paterna no final do primeiro ano de idade. Permitiu ainda salientar a importância da atitude dos pais em relação aos seus filhos e do papel que acreditam ter de desempenhar, contribuindo para o desenvolvimento destes. Este aspecto revelou diferenças entre mães e pais, tendo os últimos evidenciado variação na qualidade de vinculação prevista. A dispersão encontrada pode estar relacionada com a amplitude culturalmente atribuída ao papel do pai, relativamente às funções mais restritas de cuidador primário, tradicionalmente consignadas à mãe.

Autores como Freud, A. e Dann, S. (1951) estudaram o comportamento de seis crianças criadas num campo de concentração nazi, no período pós guerra, em que viveram numa instituição familiar em Sussex. Nas suas observações constataram um forte vínculo estabelecido entre elas como resultado da falta de figuras parentais ou substitutas com quem estabelecer relacionamentos empáticos e afectuosos. Após alguma resistência, as autoras registaram evidência de uma progressiva consideração e sensibilidade para com os adultos cuidadores por parte destas crianças no seu novo lar na Inglaterra.

Howes & Hamilton (1992) estudaram as relações estabelecidas entre as crianças e as mães e entre as crianças e as educadoras, verificando que estas últimas, tal como as mães, evidenciavam maior envolvimento e sensibilidade para com as crianças que revelavam padrões de vinculação segura do que para com as crianças inseguras. Esta investigação revelou consistência ao nível do comportamento registado por mães e educadoras, despertando o interesse para pesquisa em torno do efeito que um comportamento diferenciado, da parte dos educadores, poderia exercer ao nível da organização das relações de vinculação.

→ No que diz respeito aos pais adoptivos, Dozier et al (2001) demonstraram a constituição de relações de vinculação com os filhos concordantes com a disponibilidade mental comprovada pelos pais. Os progenitores que evidenciaram maior autonomia e segurança, entabularam vinculações seguras com os seus filhos de maneira idêntica aos pais biológicos. Os resultados desta investigação comprovaram que a criança organiza o seu sistema de comportamentos de vinculação em torno da disponibilidade particularizada da figura de vinculação, seja esta biológica ou não.

O trabalho de Howes (1999) permite-lhe verificar que o processo de formação de relações de vinculação em contexto de cuidadores múltiplos é semelhante ao desencadeado entre mãe e filho. Uma investigação sua e de Segal (1993, Howes, 1999) acerca de crianças retiradas de casa por maus tratos ou negligência maternal e colocadas em instituições de qualidade, evidenciavam em 47% relações seguras de vinculação com os cuidadores, após dois meses de institucionalização, quando submetidas a avaliação pelo Attachment Q-Sort.

Apesar das crianças revelarem predisposição para estabelecer relações de vinculação com mais do que uma figura, Bowlby (1984) defende o princípio a que deu o nome de monotropia ou "*monotropy*" significando a tendência manifestada pelas crianças de uma nítida preferência por uma figura principal de vinculação. Recorrendo à investigação efectuada por Burlingham e Freud (1944, citadas por Bowlby 1984), Bowlby prova que o fenómeno da monotropia é verificado em instituições, sendo possível observar uma tendência das crianças dirigida a uma figura preferencial para a prestação de cuidados sempre que é oferecida oportunidade de selecção.

Autoras como Colin e Cassidy (1996; Cassidy, 1999) fizeram referência aos factores que poderiam contribuir para a organização de hierarquias no comportamento de vinculação. Colin (1996 citada por Cassidy 1999) descreve uma lista de quatro factores:

- 1º - a quantidade de tempo durante a qual a criança é alvo dos cuidados de uma determinada figura;
- 2º - a qualidade dos cuidados prestados;
- 3º - a carga emocional investida na criança;
- 4º - o tipo de pistas de orientação e adaptação social fornecidas.

A estes factores Cassidy (1999) acrescenta um outro relativo à importância dos encontros repetidos com a mesma figura providenciando alguma constância, ainda que a duração destes encontros seja efémera.

Esta autora, tentando justificar o princípio da monotropia onde é salvaguardada a ideia da existência de uma figura de vinculação preferida, apresenta três ordens de razões. A primeira tem a ver com factores de ordem prática que tornam mais eficaz para a criança o estabelecimento de relações privilegiadas a uma figura principal com responsabilidade de assegurar os cuidados, em vez do sistema tradicional onde um cuidador deve providenciar atenção a uma descendência numerosa, sem a satisfazer nas suas exigências particulares. A segunda tem a ver com a eficácia, em termos do tempo despendido pela criança, na selecção da figura a quem recorrer em face de uma situação de ameaça; esta, através do princípio da monotropia, já foi considerada como a mais eficaz no tipo de resposta a providenciar, gerando-se uma automatização na orientação do apelo. Na última justificação, a autora refere este princípio como um processo de "*reciprocal hierarchical bonding*" (1999, Cassidy, p.15) onde se verifica que a criança encaixa a relação hierarquizada de vinculação na hierarquia da figura de vinculação do seu ambiente.

Spiro (1954, citado por Bowlby, 1984) regista o papel dos pais no desenvolvimento psicológico dos seus filhos, transmitindo a segurança e o amor que não seria possível de entre os vários cuidadores que se encarregam da assistência destas crianças. Também Pelled refere "... *as principais relações objectais da criança de*

Kibutz são as suas relações com a família – pais e irmãos... Em nenhum dos meus casos pude encontrar um vínculo forte e duradouro com uma metapelet...”(1964; Bowlby, 1984, p.353).

Por outro lado, a sucessiva investigação de Sagi et al. (1995, van Ijzendoorn & Sagi; 1999), empreendida em Kibbutzs Israelitas numa rede alargada de cuidadores alternativos, demonstrou que o estabelecimento de uma relação de vinculação segura com uma *metapelet* era indicador de um melhor desempenho socio-emocional da criança ao nível da exibição de comportamentos mais determinados, dominantes, independentes e objectivos. Esta pesquisa não verificou haver qualquer alteração na qualidade da relação de vinculação estabelecida entre a criança e os seus pais.

Tendo em conta a existência de múltiplas relações de vinculação que podem ocorrer no seio da família biológica, através de relações privilegiadas com o pai, irmãos ou tios ou então com educadores e colegas, fica por saber até que ponto são semelhantes as relações de vinculação estabelecidas com as diferentes figuras de vinculação. Os estudos mencionados por Cassidy (1999) revelam resultados inconsistentes. Também ao nível da influência das diferentes figuras de vinculação, esta autora levanta a questão acerca das figuras com maior impacto na criança. Por um lado, é naturalmente a figura maternal quem produz maior influência sobre a criança por ser a figura principal. No entanto, pode dar-se o caso de se estabelecerem áreas de influência orientando relações de vinculação a figuras diferentes (van Ijzendoorn & Sagi; 1999). Em relação ao tipo de influência, foi verificado que quando a criança está vinculada de forma segura a uma figura, e de forma insegura a outra, o seu desempenho é mais competente quando a relação de vinculação segura estabelecida é com a mãe, em alternativa a outra figura de vinculação (Easterbrooks e Goldberg, 1987; Howes et al., 1988; Main et al., 1985; Main e Weston, 1981; citados por Cassidy, 1999). Os trabalhos de investigação destes vários autores também referem o impacto de mais do que uma vinculação segura, comprovado nos desempenhos mais competentes evidenciados por sujeitos com duas relações seguras, em relação a outros que não desfrutavam de nenhuma.

Cassidy (1999) refere que ao longo da sua vida a criança vai sendo sujeita à influência de um número progressivamente mais elevado de figuras. À medida que cresce encontra, fora da família nuclear ou alargada ou ainda dos seus educadores, outras oportunidades para estabelecer relações de vinculação. Se a relação com as

figuras iniciais se mantêm ao longo da vida estas relações de vinculação estabelecidas num período posterior ou na adolescência têm um peso significativo na vida adulta do sujeito.

Howes, Matheson, & Hamilton (1997, Howes, 1999) provaram que o estabelecimento de relações de vinculação seguras com o cuidador antevia um desempenho superior na competência social da criança, entre os seus pares no jardim de infância, do que a vinculação segura estabelecida com a mãe. É também este sentido que aponta a investigação de Oppenheim, Sagi, & Lamb (1998, Howes, 1999) realizada em Kibbutz, com *metapelet*.

Cassidy (1999) levanta a questão da integração de vinculações múltiplas indagando o efeito provocado ao nível do modelo interno no caso de haver confronto entre modelos divergentes. Com efeito, a convergência na emissão de comportamentos de vinculação semelhantes promove na criança o desenvolvimento de um conjunto consistente de modelos internos dinâmicos acerca das figuras de vinculação e das relações. No entanto a criança pode ser confrontada com figuras detentoras de modelos divergentes. Experiências promovidas por uma figura maternal sensível e gratificante podem contribuir para a constituição de um modelo de vinculação seguro e responsivo, assim como para um modelo de “*self*” valorizado e seguro. Mas a vivência de outro tipo de respostas negativas desencadeadas pela outra figura parental contribuem para a edificação de outro tipo de modelos. Cassidy (1999) menciona a possibilidade de integração de modelos tão divergentes, não encontrando explicação para a forma como estes processos ocorrem. Esta questão não tem ainda resposta evidente, embora tenha sido considerada por autores como Bretherton (1985, citada por Cassidy, 1999) que revela interesse em perceber se a natureza da construção do modelo interno integrado emerge da participação em várias relações não concordantes. Da mesma forma questiona se o tipo de desenvolvimento dos modelos internos tem a ver com relacionamentos diferenciados parcialmente ou nada integrados.

Para compreender o presente impasse ao nível da investigação que tenta explicar a implicação das múltiplas vinculações na emergência do modelo interno, parece-nos útil esclarecer esta noção.

4. MODELO INTERNO DINÂMICO

O termo modelo interno dinâmico “*internal working model*” foi um contributo da psicologia cibernética de Craik (1943, Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J., 1990), utilizado por Bowlby por ter uma conotação funcional e dinâmica omissa noutros termos como representação ou imagem. Estas autoras acrescentam ter havido outros cientistas sociais a utilizar conceitos semelhantes empregando termos como: esquemas, protótipos e “scripts”.

A construção dos modelos internos dinâmicos do mundo ou de si próprio nesse mundo e das principais figuras de vinculação, de acordo com Bowlby (1998), tem origem nas experiências de interacção quotidiana mediada pelas figuras parentais. As figuras primárias desempenham um papel determinante na construção do modelo do mundo, através da forma como acolhem e correspondem às solicitações, e na construção do modelo do *self* através da forma como demonstram apreço ou não.

As representações interiorizadas dos relacionamentos geram expectativas e activam o comportamento da criança, constituindo a base de interpretação da conduta das figuras de vinculação. Sroufe (1988) acrescenta que estes modelos estão sujeitos à mudança que não é operada de forma passiva por condicionalismos externos, mas sim através de uma dinâmica interna de reorganização.

Cassidy, Scolton, Kirsh & Parke (1996) consideram que os modelos servem para a criança evitar a contínua configuração de expectativas em torno de cada nova situação emergente. Se, a título de exemplo, esta criança sentir na relação com a sua figura de vinculação um modelo de disponibilidade afectiva e gratificação satisfatória, vai edificar um modelo de *self* valorizado e digno de ser amado que está relacionado com a harmonia previamente experimentada.

A investigação de Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, (1990), a respeito da representação de relações de vinculação, comprova a possibilidade de um grupo de crianças, seguramente vinculadas, de três anos, completar uma história com bonecos onde os pais representam personagens empáticas e protectoras.

De igual modo, a investigação de Main et al (1985, citada por Cassidy, Scolton, Kirsh & Parke, 1996) revela maior capacidade de representação da família, de forma coerente e equilibrada, evidenciada nos desenhos das crianças com relações de vinculação seguras, do que nos desenhos das crianças inseguras.

No decurso do seu trabalho, Bowlby (1984, 1998) vai atribuindo denominações várias para designar os modelos dinâmicos: mapa cognitivo, modelos dinâmicos, modelos representacionais, modelos internos dinâmicos. Estas designações vão sofrendo alterações à medida que o seu quadro teórico se vai complementando. No entanto, todas estas expressões são utilizadas para referir a construção de representações ao nível interno, constituídas na interacção com o mundo e mediadas pela figura de vinculação. A qualidade das relações investidas às figuras de vinculação nos vários contextos vai sendo integrada ao nível interno, constituindo o fundamento directriz das respostas comportamentais da criança em face de novas situações. Este historial de relação sustenta a construção dos modelos internos estruturando a edificação da personalidade.

Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, (1990) referem autores como Sullivan e Fairbairn que concebem a teoria da vinculação por um lado mais limitada do que outras teorias psicanalíticas, na medida em que acenta no relacionamento privilegiado apenas com uma pessoa a servir de base segura, e por outro mais geral do que outras teorias de relação de objecto, por se basear no constructo do modelo dinâmico interno para explicar o desenvolvimento e natureza das relações.

O conceito de modelo dinâmico bowlbiano tem uma raiz psicanalítica sustentada pelo quadro conceptual incrementado por Melanie Klein, a partir da ideia original de Freud (1996; citado por Reis 2000) acerca da relação de objecto. Klein, tal como Winnicott ou Bion entre outros autores, explorou esta teoria explicativa do desenvolvimento precoce considerando que a natureza e o tipo de relações estabelecidas constituem o capital de construção do aparelho mental, viabilizando o seu desenvolvimento.

O trabalho de investigação de Melanie Klein com as crianças permitiu-lhe perceber a existência de um mundo interno povoado de objectos com características antagónicas: o bom e o mau objecto. Estes são internalizados através das experiências

mediadas por interações que podem ser responsivas e gratificantes ou alheias e desagradáveis. As primeiras, na perspectiva bowlbyana, permitem à criança distinguir no modelo que se lhe oferece uma dimensão de si (*self*) bastante positiva. No caso de falta de qualidade na interação, a criança percebe no modelo que responde uma desvalorização do seu *self*.

Stroufe (2000) esclarece a noção de *self* através do tipo de relação estabelecida com o adulto cuidador. Com efeito, se a criança vivência no seu quotidiano uma resposta sistemática de conforto após episódios dolorosos, providenciada pela figura cuidadora, passa a confiar nesta relação como segura e organizadora do seu comportamento em alturas de *stress*. Esta mediação sucessiva de respostas securizantes garantidas, rápida e eficazmente vai creditar o depósito da auto-confiança da criança e do seu valor próprio. De acordo com este autor, uma criança com um *self* confiante e valorizado está mais motivada a acreditar no poder dos seus actos e a procurar apoio para enfrentar desafios, conservando o equilíbrio comportamental em momentos de dificuldade. Se, por outro lado, a criança experimenta frequentemente uma resposta pouco empática, insatisfatória e restritiva da sua acção, deixa de acreditar no seu valor próprio e na sua competência, revelando um *self* desvalorizado e incapaz.

A percepção do *self* é facilitada, no entender de Willemsen & Marcel (2004), através do estabelecimento de relações de vinculação. A experiência baseada no intercâmbio de contacto físico entre a criança e a figura de vinculação, permite à criança deter uma representação interna do *self* desta figura. Desta forma a criança adquire o sentido de *self*, bem como a imagem do outro como pessoa separada. Esta consciência do outro integrado numa representação interna e, por isso mesmo, separado, leva ao reconhecimento da influência do *self* no outro. Parte do modelo é a representação do *self* como influência efectiva nos outros. Para estes autores a teoria da vinculação explica a origem da imagem do *self*, bem como a percepção deste *self* em relação com os outros.

Bowlby (1998, Bretherton, 1992) explica a estabilidade do modelo dinâmico interno, assim como os mecanismos defensivos, através da teoria de processamento da informação. Com efeito, o desenvolvimento da estabilidade do modelo interno dinâmico deriva, por um lado, da qualidade dos padrões de interação que à medida que se automatizam passam a ficar menos susceptíveis à situação estranha e, por outro lado,

dos padrões de relação das díades que são mais resistentes à mudança do que os padrões individuais, por envolverem expectativas recíprocas.

No entanto o modelo de representação da figura de vinculação pode efectivamente mudar em circunstâncias de alteração da qualidade da interacção. De acordo com Bretherton & Munholland (1999) a criança pode variar de um padrão de relação dinâmico e satisfatório providenciado por uma figura de vinculação empática, para um padrão de resposta insuficiente desta mesma figura que, por razões de instabilidade emocional, se revela incapaz dar respostas adequadas. A criança deixa de confiar nesta figura como base segura, reconstruindo o seu modelo de representação da figura e de si.

Bowlby (1998) menciona o mecanismo de defesa como factor que interfere na possibilidade do modelo dinâmico aceder à informação actualizada do meio, comprometendo a viabilidade de uma resposta adaptada às condições ambientais em transformação. Para este autor, o efeito da exclusão de informação activada no processo defensivo tem uma função de protecção ao sujeito atenuando o seu sofrimento mental, no entanto, interfere na acomodação do modelo dinâmico interno à realidade externa, pois esta é defensivamente alterada. Estudos clínicos revistos por Bowlby (1998) de Cain e Fast (1972, Bretherton, 1992) referem que a exclusão defensiva leva a uma ruptura nos modelos dinâmicos internos. Um tipo de modelo dinâmico interno baseado no que foi dito à criança representa o progenitor como bom e o seu comportamento rejeitante provocado pela “maldade” da criança; enquanto outro tipo de modelo baseado no que a criança experienciou, mas excluiu de forma defensiva, representa o lado odiado ou extremamente frustrante do progenitor.

Collins (1996, Cassidy, 1999) faz referência a três padrões ou estilos de vinculação infantil: seguro, evitante e ansioso ambivalente. Estes três estilos revelam haver tipos diferenciados de modelos dinâmicos que vão exercer influência ao nível comportamental da emissão dos sentimentos e emoções, e ao nível cognitivo, da atenção e da memória.

Bretherton (1992) refere o modelo interno na perspectiva de Bowlby, (1984, 1998) como sendo adquirido através das relações interpessoais tendo a figura de vinculação primária um papel determinante. Se esta figura for sensível e responder às

solicitações da criança, em termos de protecção e conforto, respeitando a sua necessidade de exploração independente do ambiente, é natural que a criança desenvolva um modelo interno íntegro e válido. Se pelo contrário, a figura de vinculação falhar na resposta às solicitações da criança ao nível do conforto e da exploração do contexto, a criança vai construir um modelo interno frágil e desvalorizado.

A autora acrescenta que, de acordo com Bowlby (1998), os modelos internos contribuem para que as crianças prevejam o comportamento das figuras de vinculação e antecipem as respostas, salientando as consequências inerentes ao tipo de modelo interno que construam.

Howes (1999) considera que esta perspectiva bowlbyana descreve a formação de modelos internos separados com base em experiências diferentes, no entanto não esclarece a forma como as crianças organizam os seus modelos internos em face de experiências contraditórias com mais do que uma figura de vinculação.

Esta autora, refere outras possibilidades de organização do modelo interno de relação de vinculação:

Uma organização hierárquica do modelo interno de vinculação, já descrita por Collin (1996, Cassidy, 1999) tal como por Bretherton (1985, Howes, 1998, 1999), verifica assentar no impacto da figura mais influente, naturalmente a primária, que se constitui como representação para a criança. Esta organização hierárquica pressupõe que o tipo de segurança adquirido numa relação de vinculação inicial com a mãe influencia o estabelecimento de posteriores relações de vinculação. Howes (1999) menciona que os estudos acerca da concordância na qualidade das relações de vinculação a mais do que uma figura, não se revelaram conclusivos a respeito deste modelo hierárquico. Por um lado, verificou-se maior concordância quando se mantinham semelhanças no sistema de valores e comportamentos entre a mãe e outros cuidadores no relacionamento com a criança. Por outro lado, a qualidade da relação sofre transformação quando cuidadores alternativos mudam o sistema de valores e comportamentos no seu relacionamento com a criança.

Outra possibilidade é a de uma organização integrada, onde as crianças complementam todas as suas experiências de relações de vinculação numa

representação única. Howes (1989, 1999) não encontra nesta organização relações de vinculação com mais peso do que outras, e também não refere literatura elucidativa a respeito da forma como as crianças integram estas múltiplas representações. Estudos de van Ijzendoorn e Sagi (1999) em redes de relação de vinculação alargadas a *metaplot*, (cuidador de crianças no *kibbutz* israelita) pais e mães, bem como pesquisas de Howes, Rodning, Gallozzo, & Mayers (1988, Howes, 1999) em redes de relação de vinculação prestada por cuidadores, mães e professores, revelaram um acréscimo no desenvolvimento socio-emocional, em relação aos resultados apurados em redes de relação mais singulares.

Por último, uma organização independente que aponta no sentido de cada relação de vinculação ser influenciada por diferentes agentes de desenvolvimento, com previsões diferenciadas ao nível desenvolvimental. Howes (1999) não encontra teoria explicativa, acerca deste modelo independente, que justifique a diferença de peso na influência exercida pelas várias figuras de vinculação nos diversos domínios do desenvolvimento. Refere os estudos que evidenciam a vinculação segura entre educador e criança como melhor predictor, em relação a vinculações seguras entre mãe e filho, de desempenhos bem sucedidos ao nível da competência social entre pares no jardim de infância (1994, Howes et al., 1998).

Bowlby (1984, 1998) segue o modelo hierárquico, considerando como mais importante a primeira representação de vinculação. O facto de ser tão precoce confere-lhe maior firmeza, por um lado porque se torna menos acessível à consciência, e por outro porque os padrões de interacção baseados nestas representações foram bem estabelecidos. A probabilidade de ocorrer mudança torna-se remota neste cenário cíclico de perpetuação da transmissão dos modelos internos maternos para as crianças (Howes, 1999). Esta mudança pode ser introduzida através das representações construídas em relações de vinculação com figuras alternativas. Howes (1999) ilustra o processo de mudança iniciado com a veiculação de modelos de representação discordantes, relativamente a uma criança com um modelo de relação seguro estabelecido na relação com a mãe, mas que por circunstâncias de estabelecimento de custódia legal desenvolveu uma relação insegura de evitamento com o pai. Este exemplo permite-nos inferir mudanças nas representações de modelos internos inseguros, para outros seguros construídos na relação com figuras alternativas de vinculação.

Com efeito, o processo de formação da relação de vinculação com figuras alternativas e a constituição dos modelos internos de relação, parece ser semelhante ao processo de formação do vínculo dentro da família. Levanta-se a este respeito a questão da existência de um período sensível registando maior probabilidade de incidência destes processos de constituição dos modelos internos de vinculação, que iremos analisar de seguida.

5. PERÍODO SENSÍVEL

A teoria da vinculação (Bowlby, 1981, 1998) demonstra a necessidade de promover, ao nível da primeira infância, a prestação de cuidados continuados para que a criança se possa organizar mentalmente, da forma mais adequada. A privação destes cuidados continuados tem um efeito prejudicial ao nível da saúde mental, tanto maior quanto mais prolongada e precoce for efectuada a separação do cuidador. Relativamente a este último aspecto, há alguma divergência entre os investigadores. Bowlby (1981), influenciado pela corrente psicanalítica que acentua a importância das experiências precoces, começa por acreditar no primeiro ano como período sensível; tal como Spitz e Anna Freud (Bowlby, 1981), cujo resultado das investigações levam a concluir que as separações efectuadas após os seis meses de idade têm um efeito devastador ao nível da personalidade do futuro adulto. Com efeito, estudos efectuados em maus lares (famílias desorganizadas más prestadoras de cuidados) comparados com boas instituições, verificaram de forma surpreendente que as crianças se desenvolviam melhor nos primeiros, estabelecendo “de forma aparentemente inexplicável, uma forte ligação com maus pais” (Bowlby, 1981, p. 74). O aspecto a evidenciar nestes estudos é a referência ao facto das crianças oriundas das famílias desorganizadas passarem grande parte do dia na creche ou jardim de infância porque as mães tinham de trabalhar e não podiam ficar com elas.

Bowlby (1984) menciona o facto da criança a partir dos três anos, por razões que se prendem com o seu desenvolvimento fisiológico, cognitivo e também pela experiência de vida, diminuir a frequência de emissão/inibição dos comportamentos

vinculativos, embora mantenha o padrão de vinculação. Posteriormente admite que a infância até aos cinco anos é um período muito sensível, em termos do desenvolvimento das expectativas criadas em torno das figuras de vinculação, embora continue particularmente sensível ao período dos primeiros seis meses em que os bebés estão em estado de vinculação emergente. Por fim é levado a acreditar na relação de vinculação como desempenhando um papel nuclear ao nível do desenvolvimento da natureza social e relacional do ser humano ao longo da sua existência (Bretherton, 1992).

Também Ainsworth (1969, citada por Bowlby, 1981) refere a vinculação como uma ligação estável e duradoura uma vez estabelecida. O resultado da investigação no Uganda desta autora demonstra comportamentos de vinculação das crianças a partir dos seis meses, verificando que aos nove este comportamento está visivelmente consolidado nas manifestações de seguir a figura materna ou agarrar-se a ela quando sente ameaça.

Os trabalhos de Shaffer e Emerson (1964a; Bowlby, 1984) com bebés escoceses no que diz respeito à idade em que o comportamento de vinculação começa a manifestar-se, revelam diferenças não significativas que podem ter a ver com variações na maturação das crianças africanas e das escocesas. Os aspectos metodológicos diferenciados aplicados na observação também tiveram influência, dado que no estudo de Ainsworth os registos foram observados pela investigadora, enquanto Shaffer e Emerson basearam a sua investigação nos relatos das mães.

Montagner (1990) constata ser imprudente fixar rigidamente períodos críticos de vinculação. Este autor considera poder haver períodos de maior sensibilidade ou predisposição à influência do meio em termos da interacção desenvolvida por figuras significativas. No decurso do processo de relacionamentos que a criança pode estabelecer durante o seu desenvolvimento até à idade adulta é natural ocorrerem momentos privilegiados de recolha de influências gratificantes do meio.

Também Rutter (1981) salienta a importância de definir este período sensível retirando-lhe toda a carga de absolutismo inato. O autor reconhece o período da infância como especialmente significativo em termos do desenvolvimento, compreendendo que as influências ambientais que ocorrem nesta altura surtem impacto no comportamento mais tarde, independentemente das experiências posteriores. No entanto não verifica evidência científica para a influência do meio apenas nesta altura.

Montagner (1990) faz referência à possibilidade de estabelecer cadeias de interação com bebês abandonados, rejeitados ou maltratados num estado eventual de depressão, de forma a promover a vinculação a outra pessoa. Este autor acentua a importância de induzir estimulação que acorde os sentidos da criança e desencadeie respostas de modo a iniciar um novo processo de vinculação.

Sroufe (2000) concorda com a possibilidade de alterar a organização do *self* em qualquer período no decurso do desenvolvimento. No entanto menciona a primeira infância como período privilegiado, em que as figuras cuidadoras investem na relação com a criança de forma a organizar o seu sistema comportamental. Usa a imagem da construção de uma casa, para metaforicamente atribuir às primeiras experiências de relação com os adultos e à organização do *self* da criança o alicerce do seu desenvolvimento. Este autor acrescenta que as crianças que experimentaram cuidados primários adequados construíram uma base flexível de regulação do *self* mais permeável à mudança e mais susceptível de adaptação a situações adversas do contexto.

Rutter (1981), a respeito de estudos realizados em instituições, menciona a patente confusão enunciada entre os efeitos da separação e da privação materna, pelo que retoma os esclarecimentos de Howells (1970, Rutter, 1981) na discriminação do conceito de privação materna e de separação. A privação é descrita, por este autor, como a ausência dos cuidados maternos, sem implicar a presença física da mãe, enquanto a separação é descrita como uma ausência física da mãe sem que se verifique perda da ligação materna.

Embora se considere que os efeitos a curto e longo prazo provocados pela privação materna se confundem, Rutter (1981) faz a distinção, considerando de curto prazo os efeitos que se fazem sentir nos meses imediatamente a seguir a uma experiência de privação, enquanto os efeitos de longo prazo se manifestam alguns anos após vivência de um período curto ou longo de privação. Os efeitos de curto prazo foram especialmente estudados em crianças admitidas no hospital ou em internatos demonstrando que muitas (embora não todas) exibem uma reacção imediata de angústia e gritos (o chamado período de protesto) seguido de desamparo e apatia (fase do desespero) e finalmente um estágio em que a criança aparenta contentamento e parece perder o interesse pelos pais - o "*detachment*" de acordo com os termos de Robertson e Bowlby (Bowlby, 1958a, 1962, 1968, Robertson e Bowlby, 1952, citados por Rutter,

1981, p.31). O atraso desenvolvimental também foi registado como efeito de curto prazo à privação materna por autores como Provence e Lipton (1962, Rutter, 1981).

Relativamente aos efeitos de longo termo originados por privação de cuidados maternos, a investigação de autores como Bowlby (1984) demonstra que múltiplas experiências de separação e internamentos institucionais estão associados à delinquência e psicopatologia do afecto. Rutter (1981) acrescenta que distúrbios de personalidade, linguagem, cognição e desenvolvimento têm vindo a ser associados a experiências de graves perturbações na vida familiar, relacionadas com a privação materna. No entanto realça alguma limitação metodológica inerente a esta investigação. De acordo com este autor, existem alguns factores que fazem a diferença na manifestação destes comportamentos, como a idade e sexo da criança, o seu temperamento, o tipo de relacionamento prévio com a mãe, as experiências de separação anteriores, em termos da sua duração, assim como o tecido material e humano que as revestiu.

Relativamente à idade, Rutter (1981) não considera haver manifestações do síndrome de angústia (como o choro, o desespero e a desvinculação) antes dos seis meses. Esta é a idade considerada de referência para se constituir ligação à figura de vinculação. Este autor entende que o atraso intelectual e linguístico pode ocorrer em qualquer etapa do desenvolvimento, o tipo de prejuízo é que varia consoante a idade da criança em que se faz sentir a privação. Os trabalhos de Pringle e Bossio (1958a, 1958b, Rutter, 1981) demonstram que as crianças internadas em instituições, quanto mais velhas são, menor é o atraso evidenciado ao nível do desenvolvimento cognitivo e da linguagem.

Rutter (1981) salienta que a falta de oportunidade para estabelecer relações de vinculação nos primeiros três anos de vida pode vir a contribuir para provocar psicopatia afectiva, acrescentando ser este um dos efeitos mais dramáticos da idade.

Ao nível do sexo da criança, o autor refere que a pouca investigação, especialmente nos efeitos de longo prazo, não evidencia diferenças significativas entre as raparigas e os rapazes, embora considere haver uma tendência para estes últimos serem mais susceptíveis ao stress psicológico e biológico (1970b, Rutter, 1981).

No que diz respeito ao temperamento das crianças, a pesquisa mencionada por Rutter (1981) aponta para uma variação da resposta a situações de privação que difere com base nas características individuais das crianças. Um estudo de Stacey (1970, Rutter, 1981) indica que esta diversidade individual é a expressão do tipo de comportamentos exibidos pelas crianças antes de terem sido sujeitas à experiência de separação. Esta autora confirma que as crianças menos activas no estabelecimento de relações com os adultos e outras crianças, consideradas socialmente inibidas, reservadas e agressivas, são as mais perturbadas quando internadas em hospitais.

Rutter (1981) menciona a probabilidade de ocorrerem, na espécie humana, períodos de maior vulnerabilidade às circunstâncias ambientais, semelhantes aos demonstrados na pesquisa animal. Acrescenta não haver regra geral que determine consequências a longo termo derivadas desta influência particular, destacando o papel da experiência no período da segunda infância.

As investigações de Harlow (1959; Montagner, 1990) em macacos *rhésus* revelam não haver determinação rígida na impregnação quando estes são submetidos a interacção pobre com um manequim revestido de tecido esponja. De igual modo também não se verificam efeitos irreversíveis na degradação comportamental nos macacos privados de contactos interactivos com pares por um período de 3 meses. A promoção de interacções entre os 3 e os 6 meses com outros jovens restabelece as vinculações mútuas, compensando a privação. No entanto, trabalhos de pesquisa deste autor corroborados por Maison (1960) e Missakian (1969, citados por Rutter, 1981) onde era prolongado o isolamento dos macacos até 6 meses, relatam como consequência um desequilíbrio persistente e crescente do comportamento social, sexual e emocional na vida adulta. Estes efeitos devastadores não se registaram nos estudos de Davenport, Menzel e Rogers (1966, citados por Rutter, 1981) realizados com chimpanzés mais velhos.

Howes (1999) verifica que, embora os contextos desenvolvimentais variem da primeira para a segunda infância, é possível formar relações de vinculação em ambos os períodos através de interacção frequente com adultos cuidadores. Esta autora refere que crianças com dificuldades de relação prévias, quando colocadas em contextos revestidos de maior sensibilidade por parte dos cuidadores, foram capazes de reorganizar as suas representações da vinculação, construindo relações independentes baseadas nesta nova

experiência desfrutada com estes novos modelos. A já referida investigação desta autora e Segal (1993, Howes, 1999) em crianças institucionalizadas, demonstrou que num período de dois meses 47% das crianças constituíram relações de vinculação segura com os cuidadores, e as crianças que permaneceram durante mais tempo na instituição, revelaram-se mais seguras do que as crianças com estadias mais breves.

Uma questão essencial para Rutter (1981) prende-se com a possibilidade de associar a separação de uma figura com quem a criança tenha desenvolvido uma relação de vinculação (a mãe), à angústia sentida por esta criança, mesmo em contextos familiares para a criança, onde estejam assegurados cuidados maternos. Refere a posição de Bowlby (1961, 1968, 1969, Rutter, 1981) durante longos anos concordando com esta associação, considerando a dor e a angústia como uma resposta à privação. A perda da figura maternal é entendida como crucial e não só a privação dos cuidados maternos, no entanto atribui um efeito mais grave quando esta privação é dupla.

Rutter (1981), acerca do contexto animal, salienta a importância da presença física da mãe, mas no que diz respeito à espécie humana, esta ausência pode não significar privação, na medida em que estes cuidados maternos podem ser dispensados por outra pessoa. É evidente que o estilo personalizado da mãe estará omissa, mas a provisão de uma boa quantidade e qualidade pode ser assegurada.

As investigações dos Robertson (1967, 1968^a, 1968^b) citadas por Rutter (1981) e por Bowlby (1984, 1998) demonstram o elevado estado de angústia e depressão a que as crianças podem chegar quando separadas das suas famílias e levadas para ambientes estranhos. Estes autores verificaram experimentalmente modificações de uma variável alternadamente, concluindo que este procedimento produzia menos efeitos de *stress* nas crianças. As experiências de separação de uma criança dos seus pais, conservando-a num ambiente familiar, evidenciaram resultados diferentes de outras realizadas em internatos, onde as crianças experimentavam, para além da separação dos pais, um ambiente completamente estranho. O nível dos sinais de tensão ou insegurança revelados foi diferente. No caso das crianças separadas dos pais foi possível conservar um grau de desenvolvimento progressivo, viabilizando a adaptação à mudança. No caso das crianças temporariamente internadas havia um distúrbio psicológico a marcar as suas reacções. Os autores também verificaram que o nível de tensão face à separação diminuía quando eram ministrados cuidados maternos durante a separação. Uma

cuidadosa análise das situações experimentais permitiu aos Robertsons destacar diferenças relevantes. Uma diferença foi o facto de se ter mantido um adulto familiar na primeira situação experimental, enquanto que na instituição todos os adultos cuidadores eram desconhecidos. Outra diferença encontrada foi o facto dos investigadores terem procurado conservar os padrões educacionais a que a criança estava habituada, mantendo vivas as recordações da mãe, enquanto que na instituição os cuidadores alternativos não mantiveram os mesmos padrões por desconhecimento das rotinas familiares das crianças. Com efeito, a qualidade de interacção com as crianças proporcionada pelos Robertson (Rutter, 1981) foi constante, havendo sempre disponibilidade para responder às solicitações de afecto, conforto ou parceria lúdica. O que teve como consequência o desenvolvimento de relações de vinculação entre as crianças e os Robertson. Na instituição não foi possível manter este padrão elevado na qualidade da interacção por não haver adulto algum encarregado de se ocupar especificamente da criança, tornando impossível esta fazer uma previsão da figura disponível em diferentes ocasiões, bem como estabelecer um relacionamento de vinculação. Os resultados destas pesquisas acentuam a importância da interacção contínua com a criança de modo a constituir uma base de relacionamento para a formação do vínculo, e consequentemente prevenir a angústia em face da separação.

Com efeito, Rutter (1981) atribui uma importância enorme ao tipo e qualidade dos cuidados administrados às crianças, tanto na família como nas instituições.

A qualidade das relações familiares foi considerada a variável mais importante na determinação do desenvolvimento comportamental. Este autor menciona pesquisas evidenciando os lares atribulados como associados a comportamentos anti-sociais e de delinquência dos filhos.

Dennis (1960, Rutter, 1981), num estudo comparativo das instituições que desencadeavam ou não atraso no desenvolvimento, demonstrou que a falta de interacção entre as crianças, a falta de brinquedos, assim como a falta de oportunidades de jogo provoca atraso no desenvolvimento motor. Este tipo de estudos denuncia a falta de estimulação social e linguística observada em algumas instituições e as consequências de curto e longo prazo que acarretam para as crianças que as frequentam. No entanto a investigação de Tizard (1971, Rutter, 1981), entre outros autores, evidencia um desenvolvimento intelectual normal das crianças em internato.

Esta diferença de resultados polémica encontrada pelos autores, relacionada com a evidência de mais valia para as crianças na qualidade das interações em instituição, deixa de se fazer sentir quando é analisada a questão da duração da privação. Tanto em instituições (Heinicke e Westheimer, 1965, citados por Rutter, 1981) como em casa (Rutter, 1971a, 1981), múltiplos investigadores reconhecem que quanto mais tempo a criança está sujeita à privação tanto maiores são os efeitos psicológicos negativos. Por outro lado é importante destacar o resultado de um estudo de Wolkind (1971, Rutter, 1981) realizado com crianças institucionalizadas, onde se verificou um decréscimo acentuado no distúrbio comportamental evidenciado pelas crianças quando permaneciam pelo menos dois anos com a mesma “mãe de casa”. E também a investigação de Rutter (1971a, Rutter, 1981) efectuada com crianças nas suas casas onde o ambiente relacional proporcionava a constituição de relações estáveis. Mesmo nos lares com relações maritais mais atribuladas, o estabelecimento de uma boa relação de vinculação com uma das figuras parentais era indicador de maior adaptação no comportamento social, em comparação com o comportamento anti-social emergente nos lares onde se estabeleciam relações pobres com ambas as figuras parentais.

Embora a separação física da figura materna, para Rutter (1981), dê origem a manifestações de angústia e depressão na criança, este factor por si só não é determinante. No entanto, quando também há privação dos cuidados maternos então o comportamento agrava-se significativamente. Embora seja reconhecido estarem ambos os factores na origem da angústia e do sofrimento infantil, não há provas científicas do peso específico atribuído a cada um, em face da variação das circunstâncias individuais atribuídas a cada criança. Sendo certo que, relativamente aos efeitos de curto prazo, a ruptura do processo de vinculação a uma figura de referência tem como consequência o síndrome de angústia (protesto, desespero, desvinculação) e que o síndrome de atraso desenvolvimental é originado por falta de estimulação social e linguística. No que diz respeito aos efeitos de longo prazo, Rutter (1981) menciona a possibilidade de tornar atrasos reversíveis quando se registam, ainda na infância, alterações radicais do ambiente. Este atraso torna-se tanto mais irreversível quanto mais longa tiver sido a privação, podendo verificar-se como reversível em crianças mais velhas. Este autor salienta a investigação realizada que permitiu rejeitar a teoria bowlbyana negando a possibilidade de algum efeito de “Mothering” (1951, Bowlby citado por Rutter, 1981) após os dois anos e meio, mas deixa patente a necessidade de prosseguir a pesquisa de

forma a encontrar informação que ilustre o procedimento a seguir para que se possa verificar a reversibilidade.

Winnicott sublinha a importância de uma relação continuada entre a criança e a figura materna (paterna). O incorrecto balanço entre o período de separação e a maturidade da criança para o suportar, poderá estar na origem de “um estado que pode mais tarde se assemelhar a uma tendência anti-social” (Winnicott, 1990, p.68).

O estudo realizado por Tizard (1997, citado por Schaffer,1996) com crianças institucionalizadas desde as primeiras semanas de vida, sem oportunidade de estabelecer uma vinculação particular, apesar do confronto diário com um elevado número de cuidadores, evidenciou capacidade de constituir laços de vinculação aos pais adoptivos quando foram adoptadas, aos 7 anos de idade. A avaliação destas crianças aos 8 e aos 16 anos revelou aspectos do desenvolvimento social, oscilando em excesso relativamente à intensidade das amizades empreendidas a estranhos, e em defeito na popularidade evidenciada na escola. No entanto, em termos da relação familiar, o clima de afecto deu origem ao estabelecimento de relações de vinculação. Esta investigação demonstrou o contrário do estereótipo descrito por Bowlby a respeito do prazo de validade para a emergência da vinculação.

Schaffer (1996) considera serem os primeiros anos de vida impressionáveis, na medida em que se operam múltiplos processos de desenvolvimento em simultâneo; no entanto, a ideia errónea de que estes estão revestidos de um carácter premonitório, que na falta de determinada estimulação se verifica uma consequência claramente determinada, é cabalmente derrotada pelos efeitos indeterminados do contexto e das características particulares dos sujeitos.

INSTITUIÇÕES

Para Winnicot (1991, citado por Reis, 2000) não é concebível entender um bebé por si só. Para este autor, a referência ao bebé está irremediavelmente associada à relação estabelecida com os outros num determinado contexto.

A teoria da vinculação descrita ao longo da primeira parte deste trabalho surge como um constructo explicativo do desenvolvimento que é mediado por interações sociais. A qualidade dos relacionamentos articulados no início da vida da criança imprime um rumo na sua disponibilidade para o desenvolvimento social, afectivo e cognitivo.

Tendo em conta o contexto diferenciado em que decorre este estudo, faz todo o sentido rever alguma literatura mencionando investigações efectuadas em instituições.

Da investigação de Freud, A. e Burlingham (1973) comparando indicadores de desenvolvimento como actividade motora, linguagem, higiene, alimentação e contacto social, entre crianças educadas em casa das suas famílias e crianças educadas em creches, foram apurados resultados demonstrando melhores desempenhos nos bebés educados nas creches. Estes efeitos são contraditórios em relação à investigação empreendida por autores, entre os quais se destacam Spitz ou Wolf (1946; citados por Bowlby 1984), que descreveram quadros clínicos de depressão analítica e de hospitalismo como resultado das observações dos cuidados havidos em instituições. Freud A. e Burlingham (1973) observam vantagens no desenvolvimento das crianças institucionalizadas, em áreas que não têm a ver com as emoções e com a formação da personalidade. Referem que os atrasos no desenvolvimento da linguagem e da higiene, quando estão dependentes de factores emocionais, podem ser resolvidos através da atenção personalizada de uma cuidadora, à semelhança dos cuidados que seriam prestados na família. No que diz respeito à formação do carácter e à expressão das emoções, para as autoras, o tipo de orientação dos impulsos em direcção aos objectos primários que não são completamente adquiridos, implica lidar com sentimentos de amor e desamor constituindo os alicerces da formação do carácter. As autoras verificaram o impacto que o modelo de constelação familiar inicial repercute em futuras relações, nomeadamente as constituídas em instituições. Com efeito, o sucesso educativo em instituição vai depender da qualidade das relações de vinculação estabelecidas com os cuidadores. Estas autoras defendem que, se forem estabelecidas relações profundas e duradouras, as crianças seguirão o curso normal do desenvolvimento, formando um super ego normal e tornando-se independentes moral e socialmente. Se ao invés, as figuras cuidadoras se tornarem impessoais e transitórias, impedindo a constância de uma relação de vinculação, as autoras acreditam que a

instituição falha e as crianças exibirão lacunas no desenvolvimento do seu carácter, permanecendo a um nível superficial de adaptação à sociedade.

Uma outra perspectiva a respeito das instituições é partilhada por Morison, Ames, & Chilsholm (1995, Chisholm, 1998) quando verificam experimentalmente que a maior parte das crianças institucionalizadas estão atrasadas ao nível do seu desenvolvimento, atestando medidas diversas de inteligência e obrigando a nova avaliação dos testes de Stanford-Binet. No entanto, a investigação de van Ijzendoorn, Dijkstra e Bus (1995, Chisholm, 1998) vem contrariar a associação anteriormente defendida entre os padrões de vinculação e a inteligência.

Um estudo de Sagi, et all (1994) determinou diferenças assinaláveis no confronto de práticas educativas diferenciadas no *kibbutz* israelita. A comparação efectuada entre a medida da qualidade de vinculação apurada num grupo de crianças que dormia com os pais, e outro grupo que permanecia no *kibbutz* durante a noite sujeito aos cuidados diferenciados de várias cuidadoras mas sem possibilidade de estabelecer uma relação privilegiada com nenhuma, registou nestas últimas o desenvolvimento de um padrão inseguro de vinculação. Por outro lado, este autor pode constatar noutra investigação com Oppenheim e Lamb (1988), a influência positiva exercida pelas *metapelet* no tipo de relações de vinculação estabelecidas com as crianças, prognosticando um bom desenvolvimento ao nível social e da personalidade quatro anos mais tarde. Desta forma pode provar o impacto de outras figuras de vinculação directamente envolvidas no processo educativo da criança.

A pesquisa já referida, de resultados controversos a respeito do desenvolvimento intelectual proporcionado ou não às crianças, incidiu em instituições com características variadas: instituições com uma lotação excessiva onde não era possível aos cuidadores prestarem cuidados personalizados, tendo sido verificado um benefício nos resultados quando se testaram as crianças depois de transferidas para outra instituição com mais pessoal disponível (Skeels, 1966, Skeels e Dye, 1939 citados por Rutter 1981); instituições classificadas como bem dirigidas (Du Pan e Roth, 1955, Klackenberg, 1956, citados por Rutter 1981) e instituições classificadas como inflexíveis na sua política educativa (Provence e Lipton, 1962, citados por Rutter 1981), havendo ainda a referência à investigação de Tizard (1969, Rutter 1981) incidindo precisamente nos aspectos cruciais que fazem a diferença na vida das diferentes instituições.

Resultados de investigações mencionados por Rutter & O'connor (1999) de autores como Quinton & Rutter (1988), Small et al., (1991), Wolkind & Rushton (1994) são consistentes demonstrando que as crianças institucionalizadas precocemente revelam perturbações do comportamento e dificuldades de relacionamento. Apontam como principal causa a ausência de uma prestação de cuidados continuada, sem no entanto poder prová-lo. Outro estudo, de Vorria et al. (1998 a, 1998 b, citado por Rutter e O'connor 1999) realizado em instituições gregas, evidenciou dificuldades psicológicas nas crianças sem que se verificasse a condição anteriormente descrita de elevada alternância de cuidadores, levando a inferir a possibilidade da qualidade do relacionamento estabelecida com o cuidador ser mais importante do que a quantidade. O estudo revelou ainda que o funcionamento psicofisiológico das crianças oriundas de famílias disfuncionais era comparativamente inferior ao registado pelas outras crianças, o que leva a inferir uma possibilidade genética. Esta investigação sugere a probabilidade de estarem associados factores genéticos e experiências precoces desfavoráveis num constructo explicativo dos distúrbios psicológicos evidenciados por estas crianças.

Os filmes realizados por James e Joyce Robertson (1952, Bowlby 1984), captando as reacções das crianças à privação materna em contextos de hospital, instituição e família de acolhimento, tiveram quase tanto impacto ao nível da alteração das atitudes e práticas, como do conhecimento da teoria da vinculação. Teoria esta, edificada a partir da investigação efectuada por estes e outros autores, proporcionando uma alternativa fundamentada à prática existente. Com efeito, a teoria da vinculação influenciou as instituições a introduzirem cuidados de prevenção aos efeitos devastadores provocados por separações mais ou menos longas do ambiente familiar. Ao nível das instituições hospitalares a reorganização das práticas, embora tenha demorado algum tempo, faz hoje parte do quotidiano.

No que diz respeito às instituições de acolhimento de crianças, King Raynes & Tizard (1971, citados por Rutter e O'connor 1999) apontaram algumas modificações implementadas em termos da redução dos grupos de crianças em torno de mais cuidadores, à semelhança dos padrões de prestação de cuidados comuns nas famílias. No entanto, observaram que na maioria das instituições o tipo de cuidados continuados praticados não é exactamente igual ao preconizado pela teoria. Estes autores verificaram, por um lado, excesso de rotação contínua de cuidadores e, por outro, um estilo de relação desinvestida. O desinvestimento aplicado tinha como objectivo evitar

que as crianças fossem perturbadas quando algum membro dos adultos cuidadores partia. Rutter e O'Connor (1999) referiram o impacto contraproducente desta convicção partilhada por muitos educadores que regulam as suas condutas no sentido de evitar a abertura a uma relação de vinculação para não dar origem a uma experiência traumática de separação. Mais uma vez se assiste à interpretação parcial da teoria da vinculação, na medida em que está omissa a associação a outras variáveis como causas de perturbação no comportamento infantil.

Andrade considera a instituição para “além de um instrumento de organização, regulação e controle social, um instrumento de regulação e de equilíbrio da personalidade” (1982, Andrade p.53). Através do seu trabalho de investigação numa instituição brasileira, verificou a necessidade das instituições se constituírem como alicerce securizante, proporcionando estabilidade e modelos edificantes que viabilizem o desenvolvimento harmonioso das crianças residentes. A autora observou, na falta de uma política verdadeiramente interessada em proporcionar estabilidade, investindo numa equipa educativa a trabalhar articuladamente, a repetição em contexto institucional do mesmo tipo de condições de instabilidade, ambivalência e falta de referências construtivas patente no ambiente familiar das crianças.

ADAPTAÇÃO SOCIAL

O conceito de adaptação social compreende, por um lado, a noção da competência social como desejável e adaptável, e por outro, a concepção de que tanto a agressividade como o isolamento social nas crianças reflecte falta de adaptação social. A manifestação de comportamentos agressivos ou de isolamento social para Rubin, Stewart & Chen (1995) prejudica o desenvolvimento social e emocional das crianças.

O conceito de competência social, de acordo com Krasnor et al, (1996), está ligado à capacidade que a criança revela para atingir com sucesso metas pessoais através da interacção social, percebendo esta estratégia como gratificante e eficaz. Um aspecto desta definição tem a ver com a capacidade de resolver problemas ao nível interpessoal, e o outro está relacionado com a aptidão de entrosar com sucesso nas interacções com pares. A criança que se revela socialmente competente é aceite pelos pares predizendo um bom desempenho social na adolescência. No que diz respeito à criança que exhibe comportamentos de isolamento social ela não atinge as metas pessoais, desenvolvendo uma percepção pouco gratificante da interacção social e até mesmo negativa em relação à sua aptidão social.

Para Schaffer (1996), o desenvolvimento das capacidades sociais emergentes proporciona o crescimento sócio afectivo, contribuindo para a cristalização de relações saudáveis e uma boa adaptação à escola. Este autor salienta aspectos diferenciados que influenciam o relacionamento entre as crianças, que têm a ver com a história de experiências anteriores e da cultura específica, características comportamentais e circunstâncias do momento como a presença do adulto ou a disponibilidade de objectos.

Bowlby (1984) refere o sistema de comportamento social como relacionado com o sistema organizado do comportamento de vinculação. Partilha o pressuposto biológico observável na evolução de outras espécies, defendendo a activação de um sistema de organização em grupo como oferecendo maior probabilidade de assegurar a sobrevivência da espécie. Para este autor a teoria da vinculação é um novo paradigma

de pesquisa acerca do desenvolvimento social (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978).

Pinto (1982) discorda desta perspectiva alegando uma raiz filogenética neste comportamento funcional de protecção da espécie, assim como uma necessidade de actualização genética.

As investigações de Harlow (1971, Montagner, 1900) corroboram o pressuposto biológico a respeito do comportamento social manifestado por jovens macacos *rhésus* sob o efeito variado de situações de privação. O resultado das várias manipulações experimentais, alterando a duração e a intensidade do isolamento aplicado, permitiu verificar o efeito benéfico da promoção do contacto físico e jogos entre pares, tanto ao nível de um retrocesso na exibição de comportamentos em défice, como de uma reestruturação paralela dos comportamentos sociais, mesmo em macacos que não tinham estabelecido uma vinculação privilegiada com a mãe, provando assim que o desenvolvimento do comportamento social não é apenas determinado pelo sistema de comportamentos de vinculação.

Por outro lado, autores como Sroufe & Waters (1977) indicam ser a noção do cuidador como base segura e credível, actuando em conformidade com as expectativas experimentadas pela criança nas trocas relacionais quotidianas, uma das primeiras experiências de aprendizagem social.

A teoria da vinculação acentua o papel das interacções na construção da relação de vinculação. Mead (1934, citado por Bretherton & Munholland, 1999) refere a ideia de atribuir uma natureza social à origem da construção dos modelos internos, esclarecendo ser através das respostas às solicitações da criança que esta estreita o laço afectivo de ligação à figura com a qual experimenta maior empatia. O intercâmbio mediado por mecanismos sociais vai permitir à criança, a partir das respostas dos outros, aprender a seu próprio respeito, elaborando representações de modelos de relação e uma representação de si. Os modelos de relação podem ser positivos quando promovem trocas francas e significativas que dignificam o desempenho da criança desencadeando a exploração activa em ambientes sociais. Modelos negativos em que não é oferecida uma resposta aos apelos da criança, ou é fornecida uma resposta desajustada remetendo a criança para a noção de que as relações interpessoais são rejeitantes, negligentes e

inibem a exploração social. Rubin, Stewart & Chen (1995) descrevem crianças inseguras e zangadas, com oportunidades de interação lúdica comprometidas por sentimentos de hostilidade e agressão no seio do grupo, que as levam a atacar ou a fugir, sem beneficiarem da troca de perspectivas em intercâmbio comunicacional e da negociação de experiências que naturalmente contribuem para o desenvolvimento de uma infância normal e adaptada.

Seguindo a perspectiva da teoria da vinculação, Willemsen & Marcel (2004) referem as crianças que estabeleceram relações seguras de vinculação na infância como mais integradas socialmente, interagindo de modo adaptado e construtivo com os pares, desenvolvendo neste campo aptidões a pôr em prática no futuro.

Também as investigações de Sroufe (1983, 1988, 2000) revelam, de uma maneira geral, serem as crianças com uma relação de vinculação segura e equilibrada reconhecidas pelos seus professores como mais positivas, empáticas e disponíveis nos afectos encetados com os seus pares. Enquanto as crianças consideradas como inseguras (resistentes) evidenciaram menos competências sociais relativamente aos pares e as crianças inseguras (evitantes) revelaram distância e hostilidade. No seu trabalho, distingue crianças ao nível do pré escolar, com um historial de relação empática e vinculação segura, consideradas pelos educadores como mais auto confiantes, revelando uma auto-estima mais elevada, que lhes permite lidar com os seus impulsos de uma forma mais adaptada socialmente. Verifica que estas crianças iniciam e mantêm relações com outras, sendo capazes de lidar de forma positiva e empática, mesmo em situações de conflito iminente, e, embora não sendo dependentes, procuram a ajuda do educador. Em relação às crianças com um percurso de relação inconsistente e com uma vinculação insegura (ansiosa/resistente), Lafreniere & Sroufe (1985) constata medidas de dominância e de participação social baixas, o que se traduz num comportamento diferente no que concerne à incapacidade destas crianças manterem interações com pares, chegando a ser derrotadas por outras agressivas. Sroufe confirma, por fim, que as crianças com um historial de relação de vinculação insegura (evitante) revelam despreendimento ou antipatia em relação aos pares, exibindo um comportamento agressivo e evitando o apoio dos educadores nos momentos de aflição.

Belsky & Nezworsky (1988) constata existir um considerável corpo de evidência, ao nível cognitivo e socio-emocional que permite, em face das diferenças

individuais apuradas nas crianças durante o primeiro ano de vida, fazer predições a respeito do desenvolvimento posterior. Esta associação de influência no relacionamento mãe-criança não deve ser encarada num sentido determinista; de acordo com Sroufe (1988), deve ser encarada como uma probabilidade de predizer o desenvolvimento social, na medida em que influencia expectativas acerca dos outros, de relacionamentos e de sentimentos acerca de si próprio, bem como da aptidão social requerida nos contextos sociais.

Os investigadores, de uma maneira geral, têm vindo a notar o impacto dos factores externos sócio-ecológicos na família, influenciando as dinâmicas relacionais e alterando a sua natureza, com consequências ao nível da adaptação social demonstrada pelas crianças. Rubin, Stewart & Chen (1995) indicam a influência dos factores económicos verificando que em situações de *stress* os pais manifestam sentimentos de raiva e frustração perturbando a qualidade do estilo parental, tornando-o negativo e inconsistente, com resultados no comportamento socialmente desregrado apresentado pelos filhos.

Estes autores prosseguem a referência aos vários agentes possíveis de exercer alterações no contexto de interacção social das famílias, nomeando estudos efectuados em torno da instabilidade matrimonial. O clima de hostilidade vivido entre os pais, de acordo com Dadds & Powell, e Jouriles et al, (1991, Rubin, Stewart & Chen, 1995), desequilibra o estilo parental e pode servir como modelo de agressividade para as crianças.

Outro factor *stressante* da dinâmica familiar tem a ver com a patologia mental evidenciada por algum pai, sendo frequentemente mencionada a depressão como exemplo mais comum. O trabalho de investigação de Downey & Coyne (1990, Rubin, Stewart & Chen, 1995) demonstra que a oscilação de estilos parentais evidenciada por pais com depressão pode variar de uma modalidade totalmente desinvestida para uma modalidade super controladora com as repercussões patentes nos filhos ao nível da exibição de comportamentos de isolamento social e de agressão, para além do efeito ao nível da ansiedade que se pode manifestar directa ou indirectamente, a curto ou a longo prazo.

A investigação de vários autores (Vaughn et al , 1979; Egeland & Sroufe, 1981) comprova que os efeitos *stressantes* na qualidade de vida da família deixam de surtir efeito quando é desencadeado um apoio social. Um estudo de Stagg & Conners (1991, Rubin, Stewart & Chen, 1995) revela uma interacção maternal mais lisonjeira para com os filhos do que controladora, quando a mãe estava satisfeita com a rede de apoio social de que beneficiava.

De um modo geral as famílias que não registam este tipo de factores *stressantes* na qualidade das relações, mantêm trocas gratificantes e estimulantes para a criança explorar o meio dos objectos e das pessoas, promovendo o seu desenvolvimento socialmente adaptado e o seu interesse pelo mundo que a rodeia. A pesquisa de Matas, Arend & Sroufe (1978) confirmou que as crianças seguras se manifestavam mais empenhadas, perseverantes, cooperantes e de um modo geral mais competentes ao nível social e cognitivo relativamente às crianças inseguras.

Sroufe, Egeland & Carlson (1999) consideram haver uma conexão nas relações estabelecidas entre pais-filhos e amigos, através de um sistema de interdependências onde está patente a influência dos relacionamentos bem sucedidos entre pares no subsequente desenvolvimento da competência social que, no entanto, depende de uma bagagem prévia de experiência com pares e do historial da dinâmica relacional com os pais. Estes autores comprovam, por um lado, que o tipo de experiência social evidenciada no grupo de pares do jardim de infância prevê com sucesso a competência social revelada mais tarde e, por outro, que o nível desta competência está enraizado na natureza dinâmica dos padrões de relação evidenciados entre pais e filhos.

Os autores mencionam cinco bases de referência para a previsão de relacionamentos bem sucedidos com pares (Elicker, Englund & Sroufe, 1992; Kerns, 1996; Sroufe, 1993, 1988, citados por Sroufe, Egeland & Carlson, 1999). Referem em primeiro lugar, a base motivacional, que é proporcionada por um historial de respostas de disponibilidade emocional, fornecendo à criança uma bagagem de confiança no aspecto gratificante de que o relacionamento com os outros se pode revestir; em segundo lugar, uma base atitudinal, adquirida através de experiências do impacto positivo provocado no seu progenitor, que fazem emergir a noção de *self* valorizado e competente; em terceiro lugar, uma base instrumental propiciada, nas relações de vinculação seguras, pelas mães que se constituem como base segura de exploração do

ambiente, oferecendo à criança oportunidade de se tornar muito competente nas manipulações de objectos, com a mais valia de sucesso que pode representar no contexto lúdico de interacção com os pares; em quarto lugar, uma base emocional, granjeada no historial da dinâmica relacional em que os cuidadores promoveram a regulação emocional da criança até esta se tornar autónoma; em quinto lugar, uma base relacional proporcionada pela capacidade, evidenciada pela figura de vinculação, de criar o esboço da reciprocidade que mais tarde a criança vai conseguir encorpar, tornando-se empática e recíproca para com os pares.

Este grupo de autores vê confirmarem-se as previsões que auguram a associação entre a edificação, num padrão de vinculação seguro, das bases anteriormente descritas, e a adaptação social evidenciada entre pares. Com efeito, na maior parte dos casos, verifica-se que as experiências entre pares não substituem as relações de vinculação estabelecidas com os pais. São as crianças mais necessitadas de experiências compensadoras entre pares, aquelas que naturalmente esperam que estas sejam negativas e frustrantes (como o modelo inseguro de relação de que dispõem) desistindo da oportunidade de estabelecer relacionamentos eventualmente positivos com os pares.

No caso da pesquisa levada a cabo por outros autores, fora deste grupo de trabalho do Minnesota, os resultados encontrados não revelaram uma expressão de associação tão óbvia entre a vinculação segura na infância e a demonstração de um bom desempenho social das crianças no jardim de infância e na escola. Algumas razões apontadas pelos investigadores (Cohn, 1990 ; Howes et al, 1994; citadas por Bohlin, HageKull & Rydel, 2000) para a divergência dos resultados foram o facto da amostra, nos estudos de Minnesota, ter sido constituída em grupos de risco, embora também tenham considerado o efeito na qualidade da vinculação das experiências trocadas no relacionamento entre pares. No entanto, os resultados do estudo longitudinal de Bohlin, HageKull & Rydel (2000) realizado numa amostra de crianças da classe média que conheceu a falta de cuidados parentais durante os anos do jardim de infância, corroboraram os pressupostos da teoria de vinculação que defendem a vinculação segura na infância como precursora da competência social. Estas autoras, contrariamente a outras investigações, procederam à avaliação compreensiva das medidas da competência social, distinguindo aptidão e comportamentos sociais e o resultado dessa competência social.

A interacção entre pares no decurso da infância é modulada pelas características temperamentais que decorrem de experiências anteriores em contextos específicos e influenciam a adaptação social. O estudo de Ladd & Burgess (1999) salienta os aspectos determinantes dos estilos comportamentais específicos ao nível do desenvolvimento das relações com os pares e educadores. Os autores demonstram o impacto de três tipos de comportamento (agressivo, isolado e agressivo/isolado) evidenciado pelas crianças desde o jardim de infância até à escola, verificando que estes estilos de comportamento criavam problemas no relacionamento com os pares e educadores logo no jardim de infância e salientando a escalada disruptiva evidenciada pelo padrão misto. A intensidade do comportamento agressivo exibido no início do jardim de infância manifestou alguma tendência para decrescer com a idade, tal como a predisposição para o isolamento, embora se tivesse constatado que ambos os comportamentos, uma vez estabelecidos, permaneciam estáveis, revelando-se, apesar de tudo, menos disruptivos do que o padrão misto. No entanto, tanto o padrão comportamental de retirada e/ou isolamento como o agressivo demonstraram um efeito negativo ao nível do rendimento escolar.

Estes autores reconhecem as implicações do seu trabalho ao nível da prevenção, realçando a importância de proceder à intervenção, através do estabelecimento de redes de suporte interpessoal com tarefas de ajustamento das crianças no início da escolarização, de forma a que a competência demonstrada se revele indicadora da sua adaptação no decurso desta fase, e garantindo o suporte noutros desafios a enfrentar ao longo da vida.

Os trabalhos de investigação de Hay e Ross (1982) salientam a natureza social do conflito, afirmando dificuldade em distingui-los através de categorias sociais e não sociais, na medida em que as acções das crianças podem ter múltiplas determinações e servir múltiplas funções, assim como a troca de pares pode ter finalidades e consequências tanto objectivas como interpessoais. Com efeito, mesmo nas situações em que o conflito não foi iniciado com um objectivo social, ele acaba por ter uma função social, isto porque a experiência de conflito entre os pares proporciona uma bagagem de informação a respeito da ordem social e do tipo de relação estruturada entre os membros e a cadeia de poder dos seus bens. Estes autores referem ainda a falta de discernimento das crianças muito pequenas, comparativamente com os adultos, para distinguir entre trocas negativas e positivas, o que as leva a exhibir de igual modo

comportamentos prosociais ou agressivos, embora a presença de elementos prosociais nos conflitos sugira que as competências sociais das crianças também sejam aqui adquiridas.

Também Shaffer (1996) descreve a agressão com uma natureza que, dependendo do alvo ou do nível, pode imputar-se de anti-social ou não de acordo com o contexto cultural em que se inserir. Menciona as possibilidades de expressão verbal ou física deste comportamento, em manifestações individuais ou de grupo, com um carácter hostil ou instrumental. A manifestação da agressão é hostil quando tem a finalidade de ferir e é instrumental quando serve de meio para atingir um fim. Nas crianças verifica-se uma tendência para o decréscimo das agressões coercivas aos três anos e meio, com um movimento ascendente, especialmente nos rapazes entre os nove e os 14 anos, e a natural variação para a expressão verbal.

A investigação longitudinal de Eron (1987, citado por Shaffer, 1996) indica uma associação entre o nível evidenciado de agressividade precoce e a exibição de comportamentos anti-sociais aos 18 anos, comprovados no cadastro policial dos sujeitos estudados. Este autor refere estar a avaliação do comportamento prosocial inversamente associada ao comportamento agressivo, constatando que obedecem ambos a estratégias opostas de resolução de problemas.

Esta ideia de fundamentar a natureza do comportamento agressivo ou prosocial numa questão de processamento da informação, foi investigada por Dodge (1986, citado por Shaffer, 1996) verificando que a perspectiva hostil imputada a um sujeito agressivo, ou benigna relativa a um sujeito prosocial, influencia a interpretação do acontecimento conferindo-lhe um desfecho diferenciado. Este autor constata uma maior probabilidade das crianças agressivas atribuírem intenções hostis a situações que outras crianças, mais adaptadas socialmente, referem como acidentes, iniciando conflitos através de investidas agressivas por motivos que partiram da sua intencionalidade particular.

O comportamento pró-social pode interpretar-se como antónimo do comportamento anti-social, na medida em que compreende os aspectos positivos da interacção social, discriminados por Hay (1994, citado por Shaffer, 1996) como: auxílio, carinho, partilha, cooperação e simpatia. A investigação desta autora leva-a a verificar o declínio do comportamento pró-social entre os três e os seis anos,

permanecendo mais estável com o crescimento. As observações empreendidas no jardim de infância (Caplan & Hay 1989, citado por Shaffer, 1996) descrevem o comportamento das crianças como mais frequentemente empático do que altruísta, constatando que as manifestações altruístas dependem da interpretação da situação como um todo por parte da criança.

Os estudos transculturais dos Whiting (1975, citado por Shaffer, 1996) confirmam uma relação entre as práticas de socialização culturais e as tendências pró-sociais das crianças. Demonstram que nas comunidades onde são atribuídas às crianças muitas tarefas de carácter solidário, de entre ajuda familiar, por uma questão de organização familiar, estas desenvolvem uma orientação para desempenhar comportamentos em prole dos outros, com vista ao bem comum, revelando índices elevadíssimos ao nível pró-social.

Já foi largamente referido o impacto do padrão de relação das figuras de vinculação familiares no desenvolvimento do comportamento pró-social no entanto o estudo de Zahn-Waxler et al (1994, citado por Shaffer, 1996) acrescentam o aspecto da convicção emocional transmitida pela mãe como fundamental para que a mensagem cognitiva básica seja valorizada pelas crianças. Esta convicção mesmo numa expressão violenta por parte das mães, foi evidenciada pelos autores como associada a um nível mais elevado de altruísmo demonstrado pelas crianças.

Bohlin, Hagekull & Rydel (2000) consideram que mesmo quando ocorrem transformações no padrão de vinculação se verifica o impacto das experiências precoces ao nível do desenvolvimento socioemocional das crianças. No entanto, a este tipo de assunções fundamentadas no modelo linear de explicação do desenvolvimento que admitem a possibilidade de fazer previsões do comportamento da criança a longo prazo, com base nas manifestações evidenciadas precocemente, contrapõe-se o modelo transaccional defendendo o impacto interactivo das características específicas da criança em contextos de uma determinada natureza no rumo desenvolvimental (Sameroff, 1975, citado por Shaffer, 1996).

A pesquisa de Dodge (1983) e Newcomb, Bukowsky & Pattee (1993, citada por Shaffer, 1996) distribui nas categorias sociais as crianças populares e as impopulares e nestas inclui as rejeitadas e as negligenciadas, considerando ainda as crianças medianas

e as controversas. Estes autores compararam os diferentes grupos de crianças referindo perfis comportamentais distintos. Verificaram que as crianças populares são amadas porque têm personalidades amistosas revelando aptidão para a interação social diádica ou de grupo; as crianças rejeitadas revelam características da personalidade adversas manifestando comportamentos anti-sociais e agressivos que não atraem o grupo a convidá-las a participar nas suas actividades. As crianças negligenciadas também demonstram inaptidão social, evitam a interação diádica de forma a prevenir confrontos afirmativos ou agressivos, preferindo o grande grupo ou brincar sozinhas. As razões atribuíveis a estas divergências comportamentais foram evidenciadas essencialmente nas características particulares das crianças. Com efeito as crianças rejeitadas dirigem aos pares comportamentos agressivos e não cooperativos que não promovem interação positiva e conseqüentemente não engajam a participação destes, por outro lado as crianças populares revelam uma atitude positiva activando a interação social e dirigindo iniciativas de grupo o que as torna aceites e estimadas pelo grupo (Dodge, 1983; Dodge, Coi, Pettit e Price, 1990, citado por Shaffer, 1996). Alguns destes autores referem ainda uma tendência para a estabilidade deste estatuto social comprovada num estudo com a duração de cinco anos.

As crianças rejeitadas apresentam com frequência uma opinião sobre si próprias negativa, sentimentos de ansiedade, um auto-conceito baixo ao nível da competência social, com expectativas igualmente baixas em relação a possíveis interações sociais positivas (Malik & Furman, 1993, citado por Shaffer, 1996). Estas crianças anunciam um quadro de condições problemáticas a prever conseqüências de compromisso na adaptação social a longo prazo e até, eventualmente patologia mental. Uma investigação de Hymel, Rubin, Rowden & LeMare (1990, Shaffer, 1996) em crianças rejeitadas constatou que estas demonstravam a problemática de forma diferenciada: através da exteriorização comportamental patente nas interações agressivas e noutras manifestações comportamentais a revelarem a dificuldade em controlar os impulsos, a hostilidade e em focalizar a atenção; ou então, através da interiorização de medos ansiedades e isolamento na manifestação de um padrão comportamental inibido, muito pouco afirmativo e por conseqüência isolado. Ambas as manifestações do comportamento indicam risco de um desenvolvimento psicológico equilibrado, remetendo para a necessidade de proceder a uma intervenção, no sentido de melhorar as capacidades interpessoais.

Ladd e Mize (1983, Shaffer, 1996) indicam como programas mais eficazes os que reúnem numa modalidade combinatória técnicas de modelagem, reforço prático e abordagens cognitivas, em que as crianças aprendem alguns modelos de relação e discutem-nos com os educadores, ou representam papeis em situações sociais, sujeitas a reforço ou repreensão, de acordo com o desempenho que é sempre acompanhado, e ainda na modalidade cognitiva, descodificam-se as situações sociais, de forma a que as crianças compreendam a natureza das interações evitando desajustamentos interpretativos, promovendo-se a sua adaptação social.

O nosso estudo pretende investigar por um lado, a qualidade da vinculação de um grupo de crianças institucionalizado comparando com a adaptação social, e por outro relacionar a sua adaptação social com a do grupo da Misericórdia.

PROBLEMA E QUESTÕES EM ESTUDO

Para Bowlby (1990) o desenvolvimento da criança é influenciado pela qualidade de relação de vinculação a que vai sendo sujeita, sendo que a variação destas experiências promove a interiorização de modelos. É com base nestes modelos que a criança dinamiza posteriormente as relações sociais, adaptando-se aos contextos promotores de aprendizagens.

As crianças do presente estudo, por circunstâncias várias e como medida de protecção às condições de risco evidenciadas, foram retiradas do seu domicílio e inseridas em casas de acolhimento de emergência. Aqui estão sujeitas a um processo de adaptação a novas figuras com quem vão estabelecer relações de vinculação. Estes modelos, no entender de Strecht (1997) alargam a perspectiva das crianças no campo da relação podendo constituir-se como alternativas reparadoras.

Também no jardim de infância surgem figuras para além da mãe, as educadoras com quem estabelecem relações de vinculação.

A qualidade das relações de vinculação estabelecidas pela criança está directamente associada ao tipo de resposta ao nível dos cuidados primários providenciado por uma figura materna.

A proposta deste trabalho consiste em analisar a qualidade da vinculação de um grupo de crianças institucionalizadas. O segundo objectivo é verificar a relação entre a qualidade destas vinculações e a adaptação social das crianças na Instituição e no Jardim de Infância.

1. Qualidade da vinculação: acordo entre diferentes medidas representacionais.
2. Qualidade de vinculação e representação do *self*.
3. Qualidade da vinculação e adaptação social.

METODOLOGIA

PARTICIPANTES

Das vinte e três crianças iniciadas no estudo, institucionalizadas na casa de acolhimento de emergência Refúgio Aboím e Ascensão, iniciadas no estudo só foi possível recolher os dados completos de vinte. De entre um grupo de cinco ocorreram algumas variações relacionadas com a natureza transitória da permanência destas crianças na instituição, ou manifesta indisponibilidade para colaborar na investigação. Verificou-se a recusa de dois rapazes que não quiseram colaborar em nenhuma das fases da recolha. Um deles bloqueava à porta da sala onde decorriam as sessões, o outro nem chegava a descer para a sala, não aderindo a qualquer dos convites endereçados para esta actividade. Em relação às outras três crianças, constatou-se a saída da instituição de dois rapazes e uma rapariga após a primeira recolha. Como as vagas neste tipo de instituições são preenchidas de imediato, verificou-se a entrada de um rapaz e de uma rapariga que por altura da segunda recolha estavam disponíveis a colaborar.

As crianças participantes foram no total 20, sendo 5 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, evidenciando uma oscilação de idades dos 3 aos 7 anos, com apenas uma criança de 3 anos, e outra de 7, como se pode verificar na análise da Figura 1.

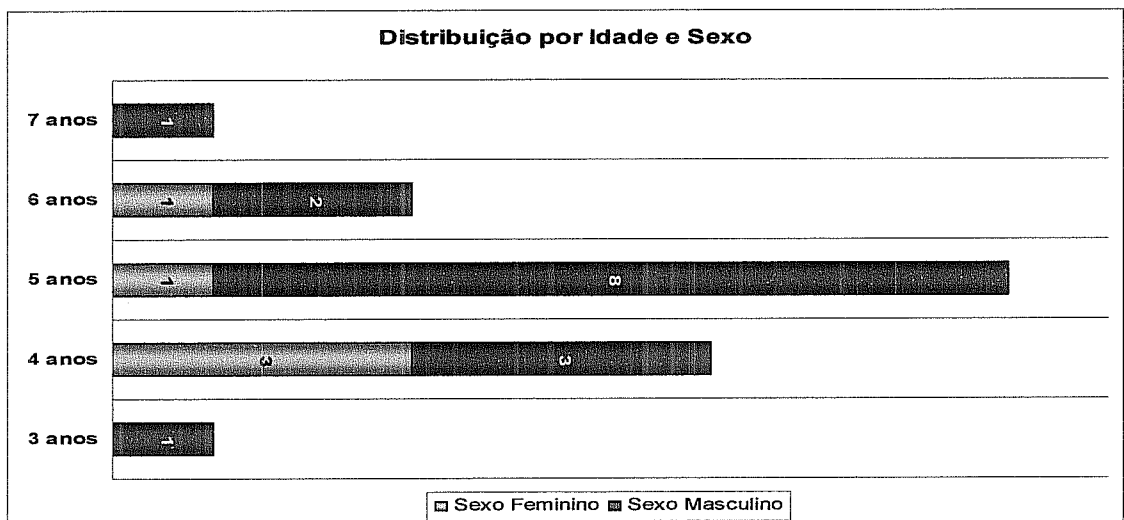


Figura 1 – Classificação dos Sujeitos Participantes

A leitura da Figura 1 indica uma maioria de frequência masculina em todas as idades excepto aos 4 anos em que a percentagem é idêntica. Revela, ainda, uma taxa de frequência de 45% em crianças com 5 anos de idade, havendo apenas uma do sexo feminino.

As crianças deste estudo residem na instituição desde um período mínimo de 4 meses até ao máximo de 4 anos, havendo dois casos de permanência mínima de 3 e 4 meses e outros dois de permanência máxima de 3 e 4 anos, como ilustra a Figura 2.



Figura 2 – Distribuição dos Sujeitos Participantes da Amostra pelos Anos de Frequência da Instituição

A observação atenta da Figura 2 revela que o ano de 2002 registou a taxa mais elevada de entradas na instituição, garantindo uma frequência mínima de 65% de crianças de 6 meses até à data do estudo e uma frequência máxima de 80% de crianças a viverem na instituição mais de 6 meses.

Cinco educadoras de infância, das seis inicialmente contactadas, participaram no preenchimento dos questionários de adaptação social sendo três da instituição Aboím e Ascensão e duas do jardim de infância da Misericórdia de Faro. Foi neste último que se evidenciou a desistência de uma educadora de infância e, conseqüentemente, perda de informação a respeito de uma criança do sexo feminino do Refúgio Aboím e Ascensão. Também na equipa das educadoras do Refúgio Aboím e Ascensão ocorreu o lapso por parte de uma educadora, não incluindo no questionário informação a respeito de uma

menina do seu grupo. É por esta razão que no número de crianças analisado não constam dados relativos ao questionário de adaptação social sobre duas meninas que participaram nas entrevistas e nas histórias.

INSTRUMENTOS

Neste estudo foram utilizados instrumentos de recolha de dados indicadores das representações da vinculação das crianças sendo um o Protocolo de Histórias de Vinculação para Completar de Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990), e o outro o Desenho da Família de Kaplan, N., & Main, M. (1986). Para aceder ao modelo de representação do *self* foi utilizada a Entrevista com Fantoche de Cassidy (1986, adaptação de Verschueren, K., Schoefs, V. & Marcoen, A. 1994), foi ainda utilizado o Questionário de Adaptação Psico-Social da Criança de Strayer & Noël (1990), para avaliar a adaptação social.

Desenho da Família (Kaplan, N., & Main, M., 1986)

O sistema de classificação do desenho da família desenvolvido por Kaplan, N., & Main, M. (1986) resulta de um trabalho de investigação que se fundamenta no trabalho de Ainsworth (1986, Kaplan, N. & Main, M.) a respeito das diferenças individuais na organização das relações de vinculação. Este sistema tem como objectivo aceder à qualidade da vinculação das crianças, classificando-as como seguras (B) e inseguras, evitantes (A) ou ambivalentes/resistentes (C), e ainda, desorganizadas/desorientadas (D). Cada um destes tipos de vinculação definido pressupõe a existência de características específicas no traçado dos desenhos da família. De um modo geral, os desenhos das crianças classificadas como seguras (B) reúnem alguns indicadores que dão a impressão de um retrato da família como calma e feliz. Nos desenhos das crianças classificadas como inseguras, do tipo evitante ou ambivalente (A), transparece um esboço de intenção positivo para a representação da família invulnerável, no entanto, a presença de estereótipos e a ausência de detalhes na

representação de figuras, são alguns indicadores que revelam o esforço de reprodução da família feliz. As crianças classificadas como inseguras do tipo ambivalentes/resistentes (C) realizam desenhos mais heterogêneos onde exibem detalhes típicos das classificações B e A que exageram nas proporções. Em relação às crianças classificadas como desorientadas / desorganizadas (D) os seus desenhos da família expressam indicadores sinistros, irracionais e desorganizados, que não se encontram nos outros padrões de classificação. A grelha utilizada na análise e classificação detalhada das características é anexada.

Para a realização dos desenhos é necessário que a criança se sente a uma mesa e disponha de folhas de papel A4 branco e marcadores de ponta grossa de feltro, nas cores primárias e suas combinações fortes, como o laranja, o verde, o roxo e o preto. Ficam excluídos os tons pastéis.

Entrevista com Fantoche de Cassidy (1986, adaptação de Verschueren, K., Schoefs, V. & Marcoen, A. 1994)

Cassidy (1988, citada por Verschueren, K., Schoefs, V. & Marcoen, A. 1994) descreve este instrumento como uma medida da auto-estima global da criança. As respostas que a criança dá através do fantoche revelam as suas expectativas, a respeito da forma como os outros a percebem e, neste sentido, são um reflexo da sua auto-estima.

De uma forma geral, as vinte questões focam o apreço que a criança tem por si própria, desencadeando uma representação do seu *self*.

A entrevista pode ser dividida em duas partes distintas, havendo um conjunto de cinco questões (nomeadamente: 6, 7, 12, 13, e 15) incidindo na capacidade de reconhecer, ou não, falhas ou imperfeições pelas crianças, enquanto as restantes quinze, reflectem a habilidade de se referirem a si próprias de uma forma *Positiva* ou *Negativa*. A avaliação do primeiro grupo de questões permite categorizar uma tendência global *Aberta* ou *Perfeita*: *Aberta* se a criança admite realisticamente as suas imperfeições e *Perfeita* se não admite falhas. No segundo grupo de questões, a avaliação permite inferir um propósito global *Positivo* quando a criança se refere a si própria sem usar expressões

negativas, e uma orientação *Negativa* quando a criança usa termos negativos em auto-referência. A combinação destas duas dimensões de resposta, o reconhecimento ou não das falhas e a convicção a respeito de si próprio, permitem apurar quatro modelos possíveis de representação do “Eu/Self”: *Positivo-Aberto*; *Positivo-Perfeito*; *Negativo-Aberto*; *Negativo-Perfeito*.

As crianças com um modelo *Positivo-Aberto* não se referem a si mesmas com palavras negativas, mas são capazes de admitir defeitos. Crianças classificadas com um modelo *Positivo-Perfeito* não utilizam termos negativos para se auto definirem nem são capazes de admitir qualquer falta. Por outro lado, as crianças com um modelo *Negativo-Aberto* usam expressões negativas em relação a si próprias e reconhecem as imperfeições. Enquanto as crianças categorizadas com um modelo *Negativo-Perfeito* usam termos negativos para se auto definirem, mas consideram-se perfeitas, sem falhas.

O material usado foi um questionário adaptado e traduzido do guião da primeira entrevista com um fantoche (Cassidy, 1986), que serviu de orientação na conversa com ambos os fantoches e também de registo das respostas verbais e não verbais evidenciadas pelas crianças. Também foram utilizados dois fantoches de peluche com cerca de 30cm, sendo o primeiro um urso de peluche castanho e o outro um pato amarelo com um bico saliente.

Foi seguido o manual de instruções para avaliação, adaptado do sistema de cotação de Cassidy (1986) realizado por Verschueren, K., Schoefs, V. & Marcoen, A. (1994), na análise dos dois conjuntos de entrevistas efectuadas.

Attachment Story Completion Protocol - ASCP (Bretherton, I., Ridgeway, D., & Cassidy, J., 1990)

Este instrumento consiste numa tarefa de finalização de histórias para avaliação dos modelos internos de funcionamento das crianças. Desencadeia nas crianças respostas às questões da vinculação que emergem directamente de cada uma das cinco histórias iniciadas pelo experimentador.

Numa primeira história é encenado o episódio de uma refeição à mesa onde é entornado o copo de sumo; o desfecho da cena é realizado pela criança, sendo possível a

figura de vinculação num papel autoritário. Na segunda história é proposta a cena do joelho magoado, cabendo à criança a tarefa de realizar o final da história revelando o papel da dor como desencadeador de comportamentos de vinculação e protecção. Na terceira história surge um monstro no quarto que desperta o medo, desencadeando comportamentos de vinculação e protecção através do modo como a criança compõe a cena. Na quarta história é iniciada a dramatização da partida, de forma a obter a medida da ansiedade de separação. Na última história, do regresso dos pais, é avaliado o *coping*. O material usado neste protocolo de encenação de histórias foram adereços simples que contextualizavam as temáticas protagonizadas pelas figuras da família: mãe, pai, avó, duas crianças pequenas e outras duas maiores, de ambos os sexos. Estas figuras de madeira pequenas e proporcionadas, de fácil manuseio, tal como alguns adereços necessários na composição das histórias: a mesa, a cama e o carro. Os outros adereços utilizados foram um conjunto de pratos, copos, jarro, talheres e um bolo, para a representação de refeições; um quadrado com cerca de 20cm de feltro verde a simular relva e uma esponja artificial cinzenta recortada a simular uma pedra; roupa de cama e duas caixas de cartão uma grande e outra mais pequena onde é guardado o material.

O experimentador tem um papel inicialmente activo na introdução da história, bem como no dinamismo deste jogo, proporcionando à criança oportunidade de elaborar as histórias.

A necessidade de registar em filme a dramatização das cenas prende-se com a impossibilidade de avaliar em situação de interacção, bem como com o objectivo de avaliar todo o tipo de resposta emitida pela criança, incluindo a não verbal: a selecção, colocação e movimentação das personagens e a carga emocional expressa pela criança.

A análise do desempenho da criança na finalização das histórias é efectuada a partir destas transcrições verbais e comportamentais, numa grelha construída para o efeito.

Investigações realizadas por Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990) reúnem alguns critérios comportamentais cuja manifestação, no decurso de cada uma das histórias, revela a representação de relações de vinculação segura ou insegura. Estas autoras definem como critérios de relação de vinculação segura:

Na primeira história – O sumo deve ser limpo e a reacção parental não violenta ou moderada.

Na segunda história – A dor do joelho deve ser reparada através de um curativo ou de um carinho por parte dos pais ou irmãos. Não pode ser cotada como segura uma resposta que não reconheça e trate da dor inicial mesmo que represente pais e filhos a saltar da pedra sem cair.

Na terceira história – Os pais lidam com o medo da criança ou então ela procura nos pais conforto, conseguindo dormir descansada.

Na quarta história – A criança lida com a separação dos pais iniciando outras actividades até ao regresso destes.

Na quinta história – Há um reencontro expresso na proximidade frontal das figuras, no diálogo directo ou através do início de uma actividade em reunião de família.

Como critérios de relação de vinculação insegura as autoras consideram, essencialmente, as respostas que evitam o tema da história e as respostas desorganizadas, bizarras e incoerentes. Descrevem exemplos de crianças evitantes quando estas hesitam em dar a resposta, referindo com frequência que não sabem, ou quando querem passar para a história seguinte, sem terem completado a resolução da primeira. Também dão exemplos de crianças que revelam outro tipo de insegurança ao dar respostas descabidas, atirando as figuras violentamente ou simulando acidentes após a reunião familiar.

De uma maneira geral, a classificação atribuída foi determinada pelo tipo predominante de resposta evidenciado nos protocolos. As crianças que resolveram fluente e apropriadamente as cinco histórias enunciadas pelo experimentador, foram consideradas seguras. Também quando evidenciaram alguma hesitação e deram respostas descabidas em uma ou duas histórias, ainda foram classificadas como razoavelmente seguras. No entanto, quando responderam de forma defensiva, evitando o tema em três ou mais histórias, foram consideradas inseguras-evitantes, mesmo que tivessem dado respostas desorganizadas. Da mesma forma, as crianças que deram respostas desorganizadas ou bizarras em três ou mais histórias foram classificadas como inseguras desorganizadas, mesmo que tivessem dado respostas evitantes.

Questionnaire “Adaptation Psycho-Sociale de l’enfant” (APSE) de Strayer & Noël (1990)

O Questionário de Adaptação Psico-Social da Criança foi elaborado no Laboratório de Etologia Humana da Universidade de Quebeque por Strayer & Noël em 1990, com o objectivo de proceder à avaliação da adaptação psicossocial das crianças em idade pré-escolar. É constituído por 17 escalas apresentadas sob a forma de enunciados comportamentais e relativos à adaptação psicossocial da criança no plano escolar, psicológico, comportamental e social. Os vários itens que compõem o questionário correspondem a sete dimensões:

- A dimensão Participação reúne os itens de humor (10), liderança (11), popularidade (14) e sentido de humor (16);
- A Prosocial agrupa os itens da generosidade (9), sociabilidade (17) e empatia (8);
- A dimensão das Habilidades combina os itens da autonomia (3), compreensão social (4), concentração (5), desenvolvimento da linguagem (6) e motricidade fina (12);
- A Afirmação reúne os itens da dominância (7) e da motricidade geral (13);
- Há ainda três dimensões isoladas sem relação com as anteriores: a Agressão(1), a Ansiedade (2) e o Isolamento (15).

A resposta das educadoras é registada numa escala de tipo Likert, com cotação de 1 (muito atípico) a 5 (muito típico). A validade e fiabilidade deste instrumento foram demonstradas em estudos realizados por autores como Bonnet (1999) e Pagé (1995, citado por Bonnet, 1999).

PROCEDIMENTO

A recolha dos dados foi efectuada no Refúgio Aboim e Ascensão, uma Instituição Particular de Solidariedade Social registada na Direcção Geral da Segurança Social, na sua delegação de Faro no Algarve e no Jardim de Infância da Misericórdia de Faro, nos meses de Julho, Agosto e Outubro de 2003.

Os dados foram colhidos após a devida formalização das autorizações às instituições e o compromisso da sua utilização exclusivamente para fins científicos.

A calendarização da recolha dos dados ajustou-se ao ritmo de funcionamento destas instituições. Junto das crianças do Refúgio Aboim e Ascensão esta recolha concretizou-se em três momentos, utilizando-se para o efeito a sala do gabinete de psicologia. Nesta sala, o experimentador sentou-se na mesma mesa da criança, virado para ela ligeiramente ao lado, de forma a registar o seu comportamento, assinalando todo o tipo de respostas verbais e não verbais observadas durante a administração dos instrumentos.

Num primeiro momento de recolha:

Foi pedido o desenho da família (Kaplan, N., & Main, M. 1986) a cada uma das crianças, após uma primeira abordagem informal onde foi facultado o desenho livre. O experimentador anotou as figuras da família desenhadas, bem como os comentários das crianças a respeito das mesmas.

Ainda neste encontro foi aplicada uma adaptação traduzida do guião da primeira entrevista com um fantoche (Cassidy, 1986). O fantoche surgiu depois do desenho estar terminado, num primeiro instante de abordagem informal em que a criança teve oportunidade de se familiarizar com o personagem e iniciar a sua manipulação. Esta conversa ocorreu duas vezes, com um período de separação de cerca de um mês,

surgindo um primeiro fantoche urso (no protocolo, crocodilo) chamado Bix e posteriormente, numa segunda entrevista, um pato chamado Quax.

Paralelamente, nesta fase, efectuou-se a apresentação e elucidação do modo de preenchimento do questionário de adaptação psico-social (Strayer & Noel, 1990) junto das educadoras de infância participantes. Foram realizadas duas reuniões para este efeito, tendo uma decorrido com as educadoras da Misericórdia no refeitório deste Jardim de Infância, e a outra com as educadoras do Refúgio numa sala desta instituição. Em ambos os encontros foi disponibilizada a possibilidade de esclarecimento de dúvidas emergentes durante o preenchimento do questionário, tendo sido agendada a recolha dos questionários para o mês de Outubro.

Num segundo momento da recolha:

Efectuou-se a segunda entrevista com um fantoche, desta vez em forma de pato, utilizando o mesmo procedimento e o mesmo guião (Cassidy, 1986) com a ligeira alteração no nome do fantoche que passou a chamar-se Quax.

Também foi solicitado o desenho da família (Kaplan, N., & Main, M. 1986) a duas crianças que entraram na instituição e que vieram a tornar-se sujeitos participantes desta amostra. Repetiu-se o pedido a outras três crianças cujos desenhos estavam ao nível da garatuja e por consequência de difícil avaliação.

Realizou-se o registo em vídeo da aplicação do Attachment Story Completion Protocol de Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990), para obter um registo mais fidedigno do comportamento evidenciado pelas crianças.

Antes de ser iniciada a primeira das cinco histórias deste protocolo foi introduzida uma história de aniversário com o objectivo de apresentar as figuras da família, proporcionando um momento lúdico informal onde a criança teve oportunidade de se familiarizar com o manuseio destas e dos adereços. Relativamente às histórias seguintes foi seguido o procedimento original na disposição inicial das figuras na mesa, assim como no enunciado introdutório de cada história. No início de cada história foi

dada a possibilidade de seleccionar as personagens crianças que optavam para figurar em cada uma das cenas. A finalização de cada história e o início da seguinte foi determinado pelas crianças ou pelo experimentador, partindo da dinâmica imprimida pela criança e dos interesses manifestados. Se, por exemplo, a criança manifestou vontade em deitar os personagens após a história do joelho magoado, este interesse foi naturalmente encadeado na disposição da cama para encenar a história seguinte do monstro (como o exemplo do suj. 20). No entanto, quando as crianças realizavam encenações repetitivas ou absurdas o experimentador interrompia com expressões do tipo: “E se experimentássemos brincar com outra coisa?” introduzindo a história seguinte.

No decurso das histórias o experimentador teve o cuidado de repetir frases proferidas pelas crianças com o objectivo de, por um lado, confirmar as afirmações destas que por vezes não eram claras ou dificilmente seriam captadas pelo vídeo do outro lado da sala e, por outro, estimular o desenrolar da acção com vista à finalização da história. O experimentador foi levado a repetir com frequência partes do discurso da criança, para imprimir algum dinamismo quando a narração embotava, para além de se ter revelado uma forma de obter resposta aos temas livre de sugestão implícita. Sempre que a criança não abordava espontaneamente o tema da história era directamente inquirida, através de questões como: “O que é que aconteceu ao sumo entornado?” ou “O que é que as crianças vão fazer com a avó enquanto o pai e a mãe não chegam?”. Quando a resposta da criança era vaga, por exemplo em relação à primeira questão a criança que respondeu: “Limпам!” O experimentador insistiu: “Quem é que limpa?” ou “E depois o que é que aconteceu?”. Também foram directamente pedidos esclarecimentos sempre que a criança encenava enredos incompreensíveis. Nos casos em que as crianças solicitavam a presença da avó para figurar nas histórias onde não estava prevista a sua entrada o experimentador referia que a avó ainda estava a descansar e não podia regressar à cena, no entanto era garantida a sua participação em histórias ulteriores.

Ainda neste momento de recolha, foram aferidas as dúvidas levantadas pelas educadoras de infância do Refúgio quanto ao preenchimento do questionário de adaptação psico-social (Strayer & Noel, 1990).

Num terceiro momento:

Efectuou-se a segunda entrevista (Cassidy, 1986) com as duas crianças que ingressaram na amostra. Estas crianças conversaram primeiro com o fantoche Quax e depois com o urso Bix.

Repetiu-se a primeira entrevista com duas crianças que não responderam a um número considerável de questões nas conversas anteriores.

Procedeu-se à recolha do questionário de adaptação psico-social (Strayer & Noel, 1990) já preenchido pelas educadoras de infância que participaram neste estudo.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a recolha dos dados procedeu-se à sua análise e tratamento estatístico. Numa primeira etapa analisou-se a qualidade da vinculação observada através das diferentes medidas usadas no grupo das crianças institucionalizadas. Numa segunda etapa procedeu-se à comparação entre o grupo de crianças do Refúgio Aboím e Ascensão e o grupo de crianças do Jardim de Infância da Misericórdia, quanto à medida da adaptação social. Por fim analisou-se a relação entre a qualidade da vinculação e a adaptação social das crianças institucionalizadas.

Análise da Qualidade da Vinculação obtida através do sistema de Classificação dos Desenhos da Família de Kaplan, N., & Main, M. (1986)

Dos vinte desenhos analisados, seguindo o sistema de classificação de Kaplan, N., & Main, M. (1986), os dois observadores concordaram na discriminação de dois grupos distintos, relativamente às suas representações de vinculação, sendo um grupo considerado como seguro e outro inseguro. O primeiro reuniu as crianças que realizaram nos desenhos características classificadas como representação de uma relação segura com a mãe na infância (B). O segundo grupo reuniu crianças cujos desenhos indicaram uma classificação de representação insegura, do tipo evitante ou ambivalente (A), de relação com a mãe, e crianças classificadas como inseguras do tipo ambivalente/resistente (C) que realizaram desenhos mais heterogéneos com detalhes típicos das classificações B e A com exagero nas proporções. A Figura 3 ilustra os resultados obtidos.

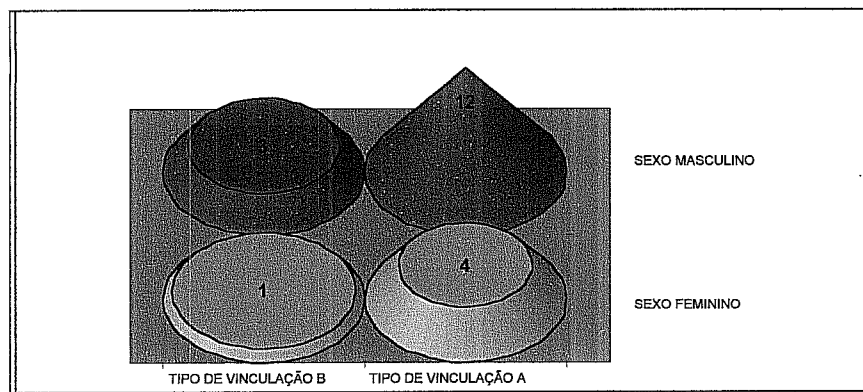


Figura 3 – Representação da Vinculação a partir da Classificação dos Desenhos da Família

A leitura desta figura revela um grupo de quatro crianças com uma representação segura de vinculação e outro grupo de dezasseis cujos indicadores observados nos desenhos demonstram uma representação insegura da vinculação, verificando-se uma percentagem de 80% de crianças a exibir características associadas à representação de uma relação com a mãe na infância classificada como insegura, e de apenas 20% de crianças classificadas como seguras. Constata-se uma variação entre os dois sexos a acompanhar a tendência geral, sem ser significativa pois o grupo de meninas em estudo é três vezes inferior ao dos rapazes.

Análise e Interpretação dos Modelos de Representação do *Self* com base na Entrevista com Fantoche de Cassidy (1986, adaptação de Verschueren, K., Schoefs, V. & Marcoen, A. 1994)

A análise das entrevistas efectuada revelou 65% das crianças com uma representação do *self* Positiva, em relação a 35% que evidenciaram uma apreciação de si próprias como Negativa. Verificou-se ainda haver 40% das crianças com Abertura em relação à admissão dos seus defeitos, enquanto 60% não reconheceram as suas falhas, considerando-se Perfeitas. A avaliação da interpretação das respostas às questões da entrevista permitiu a combinação destas duas dimensões - por um lado, o reconhecimento ou não das falhas e, por outro, a convicção a respeito de si próprio - originando os quatro modelos possíveis de representação do “Eu/*Self*”: Positivo-Aberto; Positivo-Perfeito; Negativo-Aberto; Negativo-Perfeito.

A Figura 4 ilustra a variação de modelos de representação do *self* das crianças depois de classificadas as suas entrevistas.

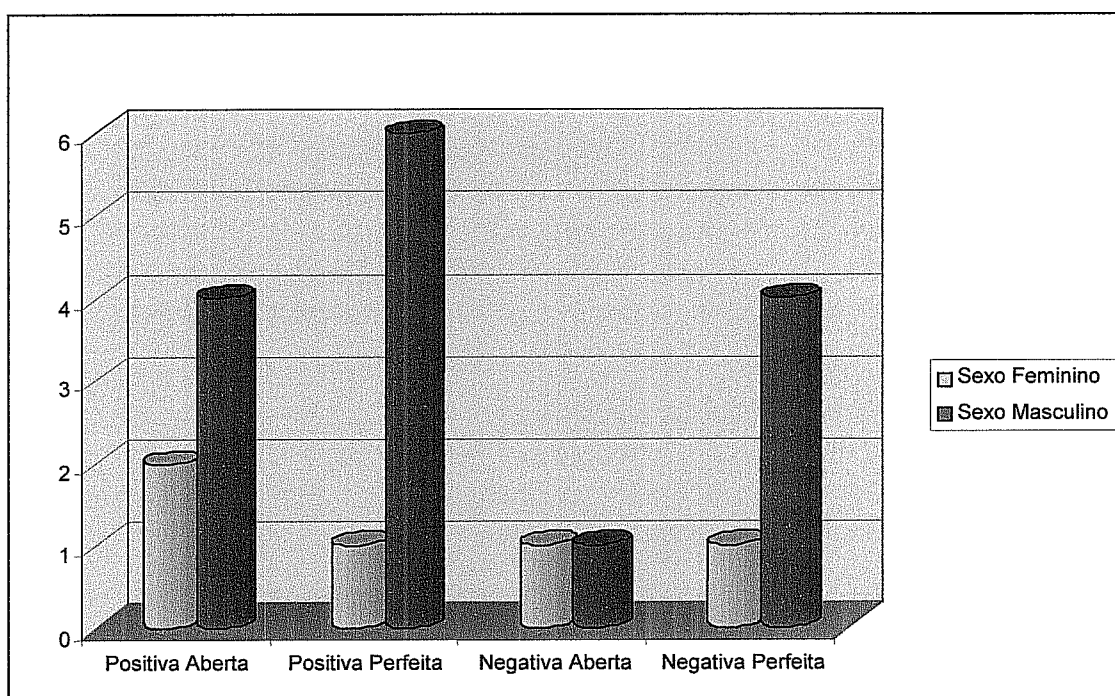


Figura 4 - Modelos do *Self*

A avaliação da Figura 4 indica uma maioria de modelos do *Self* Positivos, numa associação Positiva Perfeita de 35% e Positiva Aberta de 30% das crianças. Os modelos negativos de representação do Eu também estão presentes, numa percentagem que não chega a atingir metade do grupo entrevistado, perfazendo 25% de crianças com um modelo Negativo Perfeito e 10% com um modelo Negativo Aberto. Esta figura expõe um número igual de rapazes (4) com um modelo de representação do *Self* Positivo Aberto e Negativo Perfeito. Embora o número de raparigas seja insuficiente para se fazer uma apreciação comparativa entre os sexos, a leitura da figura revela uma distribuição de uma rapariga por cada um dos quatro modelos de representação do *Self*, havendo mais uma no modelo Positivo Aberto.

Análise da Qualidade da Vinculação apurada através do Protocolo de Histórias de Vinculação para Completar de Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990)

Os protocolos foram cotados de acordo com as normas definidas por Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990), tendo sido introduzidas algumas alterações, nomeadamente em relação ao facto de considerar como critério de insegurança o elevado número de intervenções do experimentador a inquirir a criança acerca do tema da história. Tendo em conta a natureza específica deste grupo de crianças, seguimos a orientação indicada na investigação de Waters, Rodrigues e Ridgeway (1998), providenciando a estimulação adicional adequada.

Os resultados obtidos na análise dos protocolos permitem identificar dois modelos distintos de finalização das histórias concretizados pelas crianças, apresentados na Figura 5.

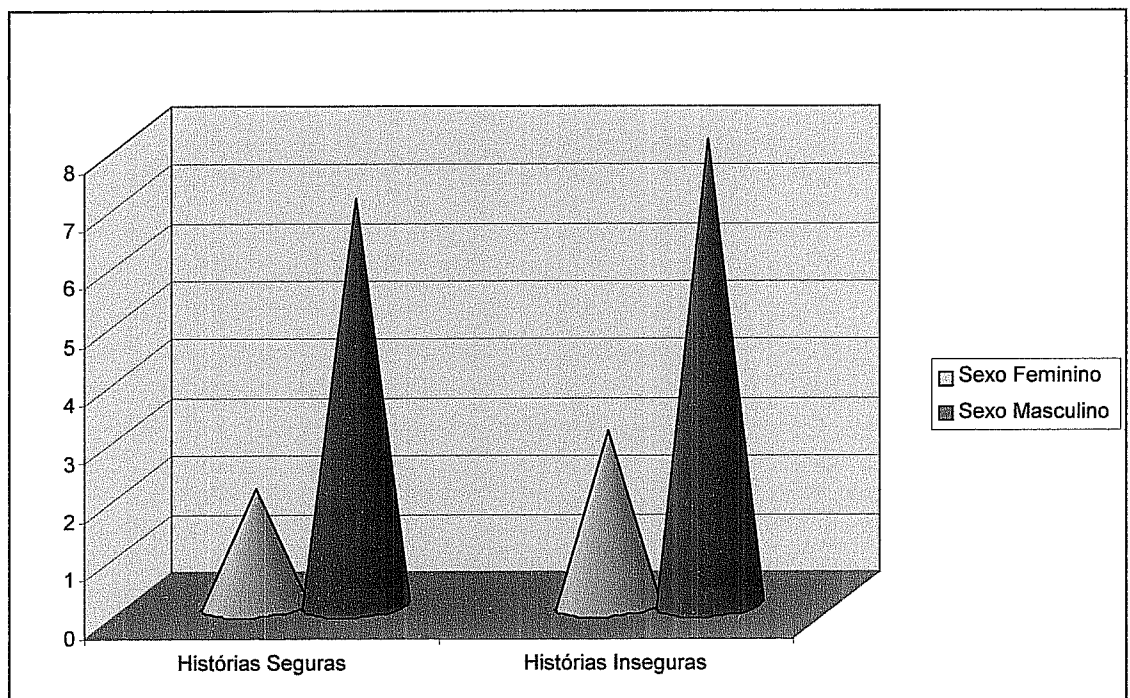


Figura 5 – Representação da Vinculação nas Histórias

Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990) conceberam as histórias de forma a desencadearem diferenças individuais nas crianças, manifestadas no estilo de finalização demonstrado, diferenças essas que estariam associadas à representação da relação de vinculação.

A Figura 5 evidencia um grupo de 55% de crianças com uma representação de vinculação insegura na tarefa de finalização das histórias, em relação a outro grupo de 45% de crianças que completaram as histórias de uma forma segura. No entanto, a expressão da diferença de resultados é pouco significativa, apenas 10%.

As raparigas tal como os rapazes produziram maioritariamente histórias que revelam uma representação insegura da vinculação, embora não se possa considerar expressivo o número apresentado.

Acordo entre as diferentes medidas representativas da relação de vinculação e do modelo de *self*.

Depois de efectuada a análise dos dados que permitiu obter a informação a respeito das representações da vinculação, através do sistema de classificação dos desenhos da família de Kaplan, N., & Main, M. (1986), da tarefa de resolução de histórias de Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990), e do modelo de *self* evidenciado nas entrevistas (Cassidy, 1986, adaptação de Verschueren, K., Schoefs, V. & Marcoen, A. 1994) pelas crianças do Refúgio Aboím e Ascensão, procedeu-se ao cruzamento dessas medidas patente na Tabela 1.

Tabela 1 - Acordo entre as medidas da Representação da Vinculação e o Modelo de *Self*

SUJEITOS PARTICIPANTES	TIPO DE VINCULAÇÃO		MODELO DE <i>SELF</i>
	HISTÓRIA	DESENHO	ENTREVISTA
1 ♀ + 3 ♂ > N=4	INSEGURA	A	NEGATIVA PERFEITA
1 ♀ + 2 ♂ > N=3	SEGURA	A	POSITIVA ABERTA
1 ♀ + 1 ♂ > N=2	INSEGURA	A	POSITIVA ABERTA
1 ♀ + 1 ♂ > N=2	INSEGURA	A	NEGATIVA ABERTA
N=2	SEGURA	A	POSITIVA PERFEITA
N=1	INSEGURA	B	POSITIVA ABERTA
N=2	INSEGURA	A	POSITIVA PERFEITA
N=1	SEGURA	A	NEGATIVA PERFEITA
1 ♀ + 2 ♂ > N=3	SEGURA	B	POSITIVA PERFEITA

A apreciação da Tabela 1 revela, de uma maneira geral, maior concordância na comparação dos resultados em pares, do que no confronto da totalidade dos instrumentos. Podemos verificar um acordo de 45% na associação das três medidas. Mas, se optarmos por analisar as medidas em pares, podemos registrar 70% de concordância na tarefa de finalização de histórias e nas entrevistas, ou 65% de acordo entre os desenhos da família e a tarefa de finalização de histórias, assim como 55% de concordância nos desenhos da família e nas respostas atribuídas às entrevistas.

A expressão de 45% de associação entre as três medidas apresenta tendências diferenciadas: 30% das crianças revelaram modelos do *self* e da representação da vinculação negativos e inseguros; 20% delas consideram-se perfeitas, havendo apenas 10% a admitirem erros; 15% das crianças revelaram modelos do *self* positivos e perfeitos e uma representação da vinculação segura.

Na análise da concordância efetivada através da associação dos instrumentos a dois e dois, o valor mais elevado foi evidenciado por 70% das crianças. Este valor relaciona as histórias com as entrevistas, consignando a distinção entre 30% das crianças a confessarem um modelo do *self* e da representação da vinculação negativos e inseguros, enquanto 40% anunciavam modelos do *self* e da vinculação positivos e seguros. De entre estes valores podemos verificar, para o caso maioritário das crianças seguras, que 15% admitem abertamente as suas falhas, enquanto 25% não o fazem, considerando-se perfeitas. Em relação ao grupo inseguro esta tendência permaneceu, havendo 20% de crianças a julgarem-se perfeitas, em relação a 10% que aceitam os seus defeitos.

A concordância, ilustrada por 55% das crianças entre o desenho da família e as entrevistas denunciou, mais uma vez, inclinações diferenciadas em relação às percentagens das crianças que evidenciaram modelos de *self* negativos e vinculações inseguras (35%) ou modelos de *self* positivos e vinculações seguras (20%). A distribuição dispersa-se de acordo com a tendência já verificada, existindo um número superior de crianças (40%) que não conseguem admitir as suas falhas, tanto ao nível das crianças inseguras (25%) como em relação às crianças seguras (15%), e um número inferior de crianças (15%) que revelam capacidade para admitir os seus erros, sejam elas inseguras (10%) ou seguras (5%).

No que diz respeito à análise do acordo entre o par desenhos da família e tarefa de finalização de histórias, a tabela indica que 50% das crianças revelam uma vinculação insegura em ambos os instrumentos, sendo que apenas 15% revelaram uma vinculação segura, perfazendo um total de 65% de crianças.

A Tabela 1 apresenta ainda alguns casos de desacordo entre as medidas, que merecem apreciação. Um deles é uma criança que demonstra uma representação da relação de vinculação segura no traçado do desenho da família, mas na tarefa de finalização das histórias obtém resultados contrários, evidenciando uma vinculação insegura, ao mesmo tempo que na entrevista expõe abertamente um modelo de *self* positivo. Apesar da maioria das crianças se ter revelado insegura ao nível do desenho, esta criança demonstrou a sua insegurança na tarefa de finalização das histórias. Uma outra criança revelou uma representação da relação de vinculação segura através das histórias e insegura no traçado da família, e distinguiu-se ao denunciar um modelo de *self* completamente desvalorizado, embora não admitindo os seus defeitos. Foi a única a revelar uma representação segura de vinculação e um modelo negativo de *self*, num universo onde se registaram algumas ocorrências inversas, isto é, crianças (25%) evidenciando uma vinculação insegura mas, conservando um modelo de *self* positivo, reconhecendo ou não os seus defeitos.

Análise de dados do Questionário da Adaptação Social de Strayer & Noël (1990)

Após a recolha em base de dados da informação dos questionários de adaptação social de Strayer & Noël (1990), procedeu-se ao seu tratamento estatístico. Foi verificado o grau de coerência interna do questionário através da análise do Alpha de Cronbach nas quatro dimensões: participação, prosocial, habilidades e afirmação. Esta análise permitiu apurar o grau de validade do questionário.

A Tabela 2 apresenta os valores da média, desvio padrão e o valor do Alpha de cada uma das dimensões representadas, de acordo com o número de sujeitos alvo do Questionário de Adaptação Social.

Tabela 2 - Média, desvio padrão e valor do Alpha dos sujeitos nas dimensões do Questionário de Adaptação Social

Dimensões	Sujeitos (N)	Média (x)	Desvio Padrão (σ)	Valor Alfa (α)
Participação	77	3,320000	0,725770621	0,657637
Prosocial	66	3,661616	0,834086684	0,673355
Habilidades	77	3,698701	0,747362645	0,764232
Afirmação	77	3,597403	0,935551347	0,814916

A leitura da Tabela evidencia um valor do Alpha de Cronbach significativo para todas as dimensões, o que permite afirmar o elevado grau de fiabilidade deste Questionário de Adaptação Social.

Não foi efectuada uma análise multivariada com o cruzamento dos dados relativos ao sexo ou à idade por se verificar não haver expressão aproximada entre o grupo das raparigas em relação ao dos rapazes, bem como nos grupos das diferentes faixas etárias no que diz respeito aos dados recolhidos no Refúgio Aboím e Ascensão. Para além disto, registou-se a falta de informação relativa à adaptação social em duas raparigas do Refúgio Aboím e Ascensão.

Procedeu-se, então, à análise das dimensões reunidas nos itens do Questionário de Adaptação Social de Strayer & Noël (1990), fazendo a comparação entre os grupos da Misericórdia (Grupo M ou GM) e do Refúgio Aboím e Ascensão (Grupo R ou GR), como se pode observar na Figura 6.

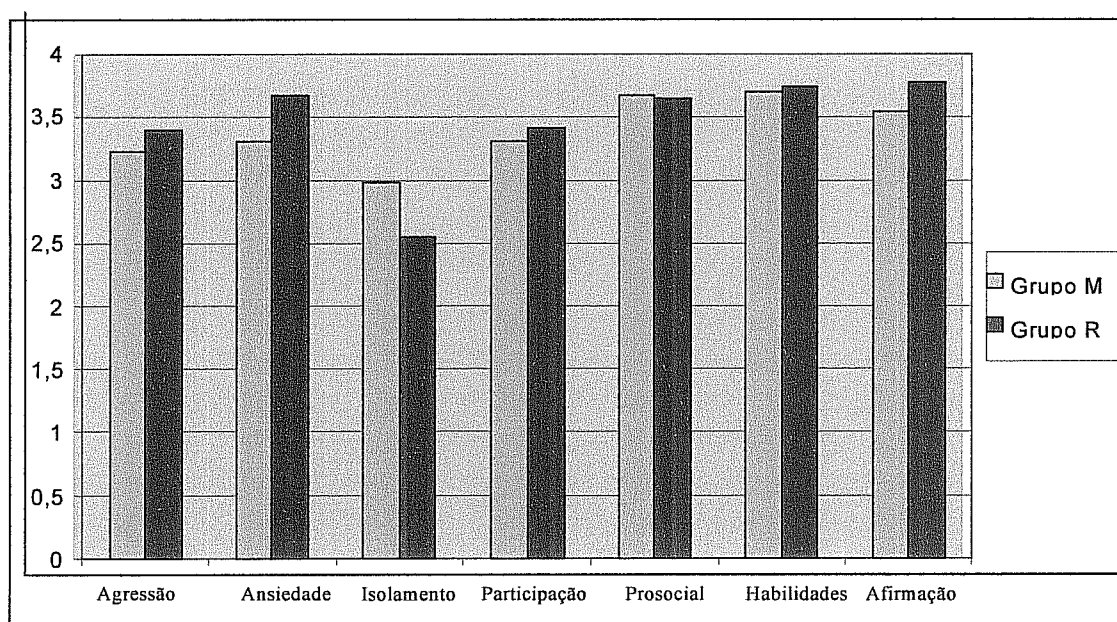


Figura 6 - Comparação entre Misericórdia e Refúgio Aboím e Ascensão

A Figura 6 demonstra algumas diferenças, cuja expressão não foi considerada significativa ($P > 0,05$), em relação aos valores apresentados nas sete dimensões pelos dois grupos de crianças.

Na análise desta figura podemos verificar que o grupo da Misericórdia evidencia índices ligeiramente mais baixos do que o grupo do Refúgio Aboím e Ascensão na maior parte das dimensões, com exceção de apenas duas - o Isolamento e a dimensão prosocial, onde se encontram valores mais altos. O que nos leva a afirmar serem as crianças da Misericórdia menos ansiosas, agressivas, afirmativas, participativas e habilidosas, do que as do grupo do Refúgio, embora nesta última dimensão a diferença revelada seja ínfima.

O grupo do Refúgio Aboím e Ascensão apresenta um número mais elevado de crianças a situarem-se com maior destaque nas dimensões da ansiedade, afirmação e agressividade, sendo menor o intervalo comparativo nas dimensões participação e habilidades, e revelando um valor mais acentuadamente inferior na dimensão do isolamento do que na prosocial. É no isolamento que se distingue o GR apresentando menos crianças a evidenciarem esta dimensão, em relação ao grupo da Misericórdia. Com efeito, é em relação ao isolamento que se verifica o intervalo maior de diferença na adaptação social dos dois grupos, destacando-se uma menor tendência para o isolamento apresentada pelas crianças do Refúgio Aboím e Ascensão. O intervalo imediatamente seguinte pode considerar-se na dimensão da ansiedade, desta vez com menor expressão pelo grupo da Misericórdia.

Análise e comparação da qualidade da vinculação revelada nos desenhos e a adaptação social no grupo de crianças do Refúgio Aboím e Ascensão.

Após a análise da representação da relação de vinculação, obtida através do sistema de classificação dos desenhos da família de Kaplan, N., & Main, M. (1986), e da medida da adaptação social, adquirida pelo questionário de Strayer & Noël (1990), no grupo de crianças do Refúgio Aboím e Ascensão, procedemos à comparação dos seus valores, apresentada na Figura 7.

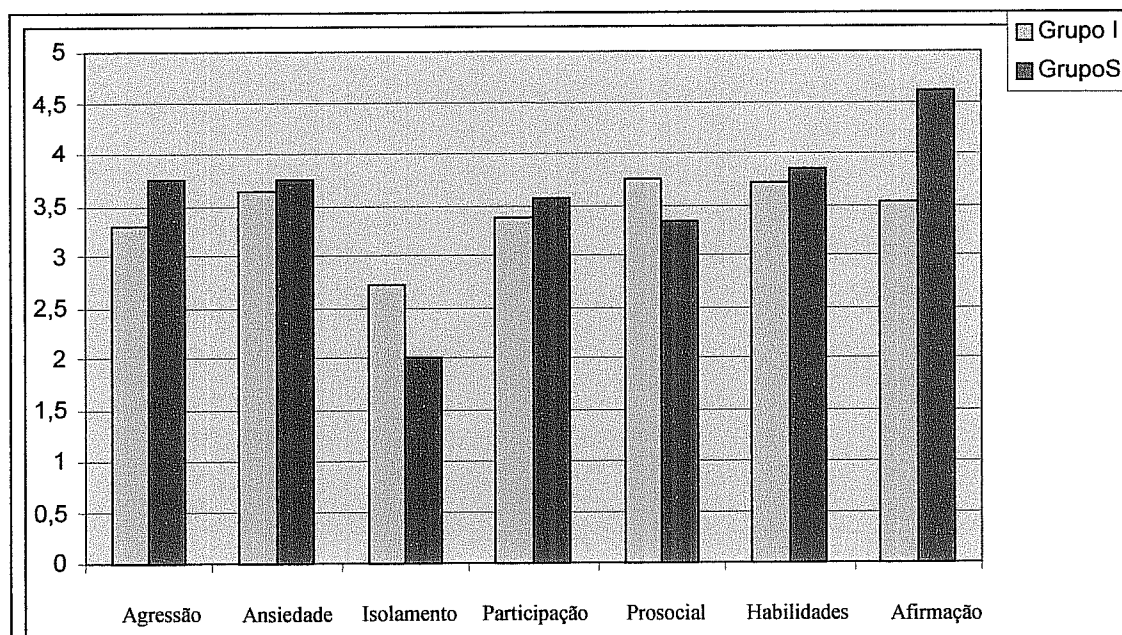


Figura 7 - Comparação entre a qualidade da vinculação expressa nos desenhos e a adaptação social

De uma maneira geral, a leitura da Figura 7 demonstra algumas diferenças em relação aos valores apresentados nas dimensões pelo grupo de crianças institucionalizadas consideradas inseguras e seguras, embora a expressão desta diferença não tenha sido considerada significativa ($P > 0,05$).

No entanto, a análise desta figura permite destacar valores mais elevados nas dimensões do isolamento e prósocial evidenciados pelo grupo de crianças classificado como inseguro (GI) quanto à representação da relação de vinculação expressa nos desenhos, em relação ao grupo de crianças classificado como seguro (GS) quanto à mesma representação de vinculação, o que permite afirmar serem as crianças inseguras ligeiramente mais generosas, sociáveis e empáticas, exibindo ainda uma tendência mais acentuada para se isolar, comparativamente ao grupo de crianças seguras. Por outro lado, a leitura da figura indica serem as crianças inseguras claramente menos afirmativas, e moderadamente menos agressivas, em relação às crianças seguras. Neste grupo inseguro as crianças são menos ansiosas mas também menos populares e com menor sentido de humor (relativamente à dimensão participação), e apresentam (na dimensão habilidades) uma menor capacidade de autonomia, compreensão social, concentração e desenvolvimento da linguagem, comparativamente ao que evidencia o grupo seguro.

Em relação às crianças seguras, a figura ilustra as suas notáveis capacidades afirmativas, numa expressão de contraste quase tão marcada como a diferença na manifestação de um comportamento menos isolado. Assinalam também alguma expressão agressiva, logo seguida de um desempenho prósocial mais fraco, paralelamente ao grupo inseguro. No que diz respeito aos domínios da ansiedade, participação e habilidades, a figura mostra valores ligeiramente superiores apresentados pelas crianças seguras que vêm confirmar serem estas crianças mais ansiosas, participativas e habilidosas.

Análise e comparação da qualidade da vinculação revelada nas histórias e a adaptação social no grupo de crianças do Refúgio Aboím e Ascensão.

A Figura 8 apresenta a comparação entre os valores atribuídos à medida da qualidade na representação da relação de vinculação, apurada a partir da interpretação das histórias sob o sistema de Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990), e a medida da adaptação social, adquirida pelo questionário de Strayer & Noël (1990), no grupo de crianças do Refúgio Aboím e Ascensão.

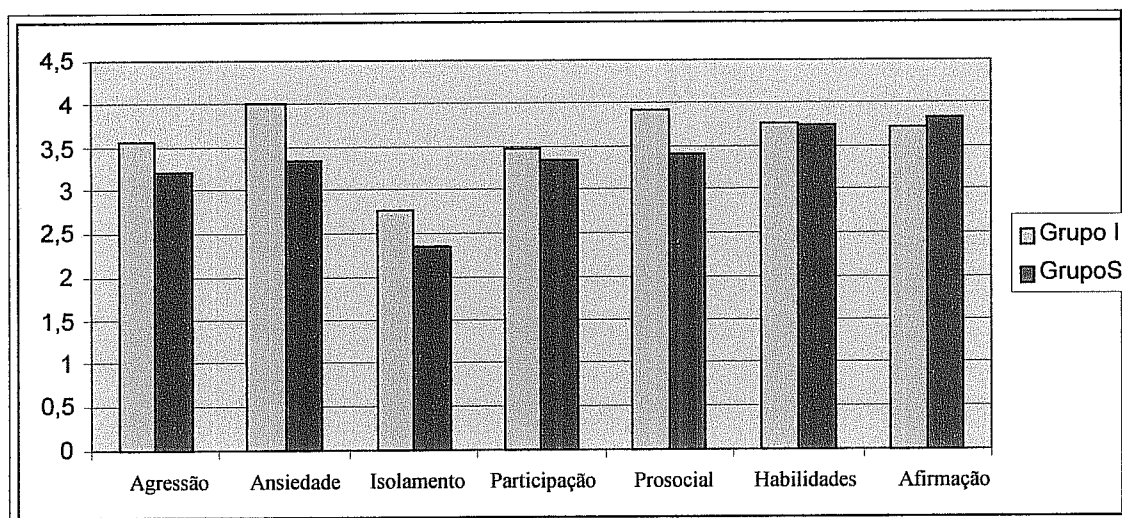


Figura 8 - Comparação entre a qualidade da vinculação expressa nas histórias e a adaptação social

As diferenças patentes na Figura 8 não foram consideradas significativas ($P > 0,05$) em relação aos valores manifestados pelo grupo de crianças inseguro e seguro ao nível das sete dimensões.

A análise da Figura 8 revela apenas a dimensão afirmativa a evidenciar um valor superior no grupo de crianças seguras. No que diz respeito aos outros domínios da adaptação social este grupo regista desempenhos mais fracos, verificando-se um intervalo maior na dimensão da ansiedade, diminuindo progressivamente em relação às dimensões prosocial, agressão, isolamento, participação e por último a dimensão habilidade, numa expressão ínfima de diferença.

No grupo de crianças inseguras a leitura da figura salienta o comportamento ansioso e prósocial, embora este último não seja tão marcado, registando índices mais elevados de isolamento logo seguidos da agressividade e da participação. No domínio das habilidades a superioridade apresentada pelo grupo inseguro é quase irrelevante.

DISCUSSÃO

A teoria de Bowlby (1984, 1998) define a vinculação como um sistema de controlo comportamental organizador das experiências e das emoções. Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, (1978) acrescentam ser a vinculação a forma como este sistema se organiza internamente na relação com a figura de vinculação. Estes autores verificam haver uma conexão entre o tipo de intercâmbio social usufruído pela criança na infância e o desenvolvimento organizado do comportamento de vinculação, a partir do qual se estabelece a natureza das relações de vinculação. Definiram três padrões de relação mãe-criança que evidenciavam vinculação segura, insegura evitante e insegura ambivalente.

Subscrevendo este enquadramento teórico, procurámos analisar a qualidade da vinculação e dos modelos do *self* no grupo de crianças institucionalizado, comparando-a com a adaptação social. Também foi analisada a medida de adaptação social do grupo institucionalizado em relação ao grupo de crianças do jardim de infância.

Em relação à qualidade da vinculação observada as crianças foram classificadas em apenas dois dos padrões da relação de vinculação definidos por Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall (1978): o padrão de vinculação segura e o padrão de vinculação insegura, verificando-se uma maioria de crianças a manifestar uma relação de vinculação insegura. Os resultados deste trabalho vêm confirmar os pressupostos teóricos defendidos por autores como Bowlby (1984,1989), Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall (1978), Egeland & Sroufe (1981), de que a qualidade da atenção e carinho dispensado influencia o relacionamento estabelecido, preponderando no tipo de padrão de vinculação evidenciado. A investigação de Egeland & Sroufe (1981) comprovou associação entre as medidas da vinculação insegura, reveladas pelas crianças do grupo de risco, e o conjunto de variáveis que influenciam a qualidade de vida, de tal forma que, quando foram introduzidas alterações em benefício destas famílias de risco, o padrão de vinculação inseguro anteriormente revelado transformou-se em seguro.

O nosso estudo também prevê uma associação entre a qualidade de vida deste grupo de crianças de risco participantes na nossa amostra e o tipo de padrão de vinculação apurado.

Tendo em conta que não existe uma referência da medida do padrão de vinculação apurado na família antes da institucionalização, apenas se torna possível especular a respeito do impacto desta mudança. Sustentamos esta especulação na convicção profunda de que as crianças foram institucionalizadas, ao abrigo da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, por não haver nenhum adulto que se tivesse constituído como modelo de uma dinâmica relacional segura a quem pudessem ter ficado confiadas.

A interpretação dos comentários das crianças alusivos aos adultos da instituição como figuras que as protegem e amam, sugere haver uma transformação ao nível do padrão da relação, no entanto também referem figuras da instituição, adultos ou pares, que se oferecem como modelos negativos.

A comparação em pares dos resultados do nosso trabalho, revela um grupo maioritário de crianças inseguras, quanto à qualidade da vinculação, apurada nos desenhos da família (80%) e na tarefa de finalização das histórias (55%).

Mais de metade do grupo de crianças (65%) demonstrou associação entre estas duas medidas de acesso à representação da relação de vinculação, no entanto revelaram uma natureza diferenciada nesta expressão, havendo metade (50%) a evidenciar vinculação insegura, em relação a 15% das crianças que manifestaram relações de vinculação seguras.

Relativamente ao desenho os resultados vão ao encontro da investigação de Main, Kaplan & Cassidy (1985) que referem diferenças entre os padrões de atenção evidenciados pelas crianças seguras e inseguras, salientando a capacidade revelada pelas crianças seguras e pelos seus pais de focalizar a atenção durante várias situações, comparativamente aos desempenhos registados pelas crianças inseguras, que demonstraram uma capacidade mais restrita e muito sujeita a controlo comportamental. Com efeito, somos levados a inferir uma associação entre as características omissas ou

expressas nos desenhos e o nível de atenção demonstrado pelas crianças, relacionando os desenhos menos investidos e mais sumários como manifestação de dificuldades ao nível do controlo da atenção e concentração atribuídas às crianças inseguras.

A dispersão de concordância evidenciada nos resultados da representação da vinculação e o modelo de *self*, apesar de tudo menor em comparações a dois, mas com expressão relevante de vinculações inseguras ao nível do desenho da família pode encontrar alguma explicação no fraco desenvolvimento da motricidade fina, e concentração itens incluídos no domínio das Habilidades que indicou um nível de desempenho mais baixo, no grupo das crianças inseguras do Refúgio, na avaliação dos educadores ao questionário de adaptação social.

De acordo com a teoria bowlbyana do modelo interno dinâmico, Bretherton, Ridgeway, & Cassidy (1990) e Cassidy (1999) constatarem estreita ligação entre a qualidade da representação das relações de vinculação e a qualidade da representação do *self*, evidenciando nos seus trabalhos alguma estabilidade nos padrões de relação de vinculação apurados nos bebés e mais tarde aos seis anos de idade.

A revisão da literatura sugere que o modelo interno dinâmico é um constructo da representação das relações de vinculação estabelecidas com a figura primária, revelando capacidade de adaptação e reconstrução em face de alterações infligidas na natureza das trocas relacionais com esta figura. Bretherton & Munholland (1999) consideram haver maior possibilidade de se operar a transformação de um *self* confiante e seguro para um *self* desconfiado e inseguro, do que o inverso alegando dificuldades inerentes à activação de mecanismos defensivos de exclusão da informação.

No que diz respeito ao modelo do *self* os resultados evidenciados pelo nosso estudo apontaram para uma maioria de crianças com uma representação positiva (65%) de si próprias, assim como uma maioria de crianças com uma representação do *self* considerada sem defeitos ou perfeita (60%).

A afirmação maioritária de crianças com um modelo de *self* positivo não está associada, na mesma proporção, às medidas de representação da vinculação segura

obtidas quer nos desenhos quer na tarefa de finalização de histórias, como seria de esperar. O que nos leva a seguir a perspectiva de Bowlby (1998), Bretherton & Munholland (1999) ou Cassidy (1988) considerando haver um processo defensivo de exclusão de informação, onde a criança opera com base em dois modelos incompatíveis: um acessível, consciente e falso e outro reflectindo as vivências reais da criança mas de acesso mais difícil. A reactivação de sentimentos de rejeição manifesta-se intolerável para a criança, levando-a a afirmar a sua perfeição e positividade quando directamente confrontada.

Outra interpretação mais agradável seria a possibilidade de terem ocorrido transformações na construção do *self*, mediadas pela aprendizagem de um novo modelo de relação com as figuras de vinculação disponíveis na instituição, assim como um modelo reconstruído de apreciação do *self* das crianças. Esta hipótese estaria em conformidade com os resultados evidenciados por Wolkind (1971, Rutter, 1981), comprovando alterações significativas ao nível do comportamento das crianças residentes durante algum tempo com a mesma figura cuidadora. No entanto, para poder responder à probabilidade enunciada seria necessário ter efectuado uma recolha prévia à entrada na instituição da medida de qualidade da relação de vinculação estabelecida com a figura cuidadora primária, de forma a comparar os resultados.

Relativamente à capacidade das crianças reconhecerem ou não as suas faltas, mesmo as crianças seguras evidenciaram maior relutância em confessar abertamente os seus erros do que seria de esperar. Estes resultados não vão ao encontro do estudo de Cassidy (1988), onde é comprovada a associação entre uma vinculação segura e a elevada capacidade de admitir defeitos como expressão reflexa de um *self* que se assume firme e confiante, ao ponto de revelar facetas menos dignas. Em relação às crianças inseguras já se verifica acordo entre os resultados, indicando ambos incapacidade de exposição das facetas negativas do *self*, recorrendo à afirmação da perfeição como processo defensivo.

A análise do acordo entre as medidas da vinculação e o modelo de *self* evidenciou a concordância mais elevada (70%) na associação entre as representações da vinculação demonstradas pela tarefa de finalização de histórias e os modelos de *self* apurados nas entrevistas com os fantoches. Estes resultados são semelhantes aos evidenciados por Cassidy (1988), quando constata a associação significativa entre as

medidas apuradas pelas entrevistas e pelas histórias, embora o protocolo das histórias usado no seu estudo tivesse sido diferente.

Na análise de conteúdo das entrevistas com fantoches constatámos, na falta de referências familiares, a existência de enunciados com nomes de educadores e de pares como exemplos de figuras que gostam das crianças. Encontramos na literatura, entre vários autores, Rutter e O'connor (1999), Oppenheim, Lamb & Sagi (1988), Howes (1999) ou Dozier et all (2001) que consideram a possibilidade de algumas instituições oferecerem condições para as crianças poderem encontrar nos cuidadores múltiplos modelos para estabelecer relações de vinculação segura.

Por outro lado, nesta análise também se verificaram existir respostas de crianças que não mencionavam exemplos de figuras da instituição ou então referiam não gostar de X porque batia, reportando-se a crianças mais velhas ou a cuidadores. Mais uma vez estes resultados vão ao encontro das referências de Andrade (1982), Rutter e O'connor (1999), Bowlby (1984) e Sagi et all(1994) a respeito da falta de qualidade das instituições a vários níveis, entre eles a administração de práticas e rotinas diferenciadas de acordo com os padrões educacionais de cada criança e, por outro lado, as dificuldades inerentes à disponibilização de pessoal que administre cuidados maternos constantes e personalizados.

Acrescentamos ainda o inconveniente da prática dos horários em turnos instalada nas instituições com o efeito destabilizador que exerce no ritmo da criança, transformando a percepção da realidade, ou seja, a criança não enumera os dias da semana mas sim o dia correspondente a cada cuidador específico, o que apesar de tudo ainda é estruturante, grave é quando a ordem deixa de ser previsível.

A comparação dos desempenhos na adaptação social não revelou, de uma maneira geral, valores significativos ($P > 0,05$) na expressão das diferenças entre o grupo de crianças da Misericórdia a residir com a família, e o grupo do Refúgio Aboím e Ascensão.

A literatura documenta a influência comprovada entre a qualidade da adaptação evidenciada pelas crianças no jardim de infância e a natureza das relações familiares,

referindo uma habitual continuidade no estilo parental. Em face deste capital de informação, Sroufe (1983) refere a vantagem de intervir na idade pré-escolar como forma de providenciar um desenvolvimento mais equilibrado às crianças que evidenciam maiores desajustes comportamentais.

Um dos grupos de crianças deste estudo experimenta uma primeira intervenção através da retirada de um estilo parental adverso, apreciando actualmente o quotidiano numa instituição vocacionada a proporcionar o desenvolvimento das crianças e a promover os seus projectos de vida, utilizando recursos técnicos e humanos no sentido de providenciar equilíbrio e harmonia.

Podemos encontrar uma explicação para esta medida aproximada de adaptação social entre os dois grupos, na possibilidade evidenciada por vários autores, entre eles Dozier et al (2001), das crianças que sofreram cuidados primários inadequados desenvolverem relações de vinculação seguras em face de cuidadores disponíveis e autónomos. Estas crianças demonstram assim capacidade de reconstrução do seu modelo de *self* e de relação com o outro, o que tem como consequência, de acordo com a teoria da vinculação, um melhor desempenho ao nível da adaptação social. Também Howes & Segal (1993, Howes, 1999) comprovaram a possibilidade das crianças, com um historial de relações familiares desorganizadas, estabelecerem relações de vinculação segura com os educadores nos primeiros três meses de residência em instituição.

Uma outra sugestão explicativa pode estar relacionada com a possibilidade do grupo de crianças da Misericórdia ser socialmente pouco diferenciado em relação ao grupo do Refúgio, na medida em que revela uma frequência ligeiramente maioritária de casos sociais. Constatámos que o grupo da Misericórdia detém uma cota de presença obrigatória de 25% de crianças institucionalizadas, sendo os restantes 75% equilibrados entre: filhos dos funcionários, casos sociais e não sociais. Se incluirmos as crianças da instituição na categoria dos casos sociais, definida pela Misericórdia, verificamos uma percentagem de 62% de crianças a apresentarem problemáticas sociais no Jardim de Infância. A literatura refere (Rubin, Stewart & Chen, 1985) associação entre o *stress* dos factores externos sócio-ecológicos e a baixa qualidade imprimida à dinâmica relacional familiar, com as consequências óbvias ao nível dos desagravos sociais apresentados

pelas crianças. A evidência de uma maioria de crianças socialmente desfavorecida remete para uma adaptação social comprometida.

No entanto existem algumas diferenças particulares apuradas que, apesar de não evidenciarem expressão significativa de variedade estatística, merecem comentário. Verificámos que a maior divergência comprovada na adaptação social dos dois grupos se concentrou nas proporções de isolamento social demonstradas pelo grupo da Misericórdia, inversamente relacionadas com o nível de agressividade registado pelo grupo do Refúgio.

Ambos os comportamentos, de acordo com a literatura são a expressão de uma adaptação social comprometida, de acordo com Hymel, Rubin, Rodwen & LeMare (1990, Shaffer, 1996), as crianças rejeitadas manifestam a sua problemática através da exteriorização ou da interiorização dos comportamentos. As crianças agressivas revelam grande dificuldade em controlar a atenção e os impulsos, reagindo agressivamente, enquanto que as crianças isoladas interiorizam os medos e a ansiedade, agindo sobre si próprias para evitar os outros. As crianças inseguras revelam tendência para evitar a interacção social de maneira defensiva, por temerem o fracasso que já conhecem como padrão normativo das suas interacções ou, em alternativa, reagirem com hostilidade projectando os modelos de agressividade aprendidos (Dadds & Powel; Jouriles et al, 1991, citado por Rubin, Stewart & Chen 1995).

A comparação da qualidade da vinculação revelada nos desenhos e a adaptação social no grupo de crianças institucionalizadas revela algumas diferenças, também sem expressão significativa, abrindo um campo de possibilidades de interpretação mais aproximadas ou mais distantes do enquadramento teórico.

As crianças inseguras revelaram uma capacidade prosocial comparativamente superior à exibida pelas crianças seguras, o que não é habitual na literatura. Com efeito, qualidades de generosidade, sociabilidade e empatia são naturalmente atributos das crianças seguras.

A tendência para o isolamento manifestada maioritariamente pelas crianças inseguras é uma constatação que vai ao encontro da teoria da vinculação (Bowlby,

1998; Rubin, Stewart & Chen, 1995), quando esta prevê que as crianças, ao estabelecerem um modelo de vinculação inseguro como resultado de dinâmicas relacionais pouco gratificantes e desajustadas, encaram o mundo social com alguma reserva, o que se traduz em manifestações de evitamento ou fuga face a encontros sociais.

No entanto, a manifestação da expressão agressiva, ou de ansiedade, evidenciada pelas crianças seguras não está de acordo com o enquadramento teórico da vinculação. A teoria comprova a capacidade de equilíbrio emocional típica das crianças que, habituadas a dinâmicas relacionais gratificantes e empáticas, desenvolveram modelos de relação seguros e, conseqüentemente, uma perspectiva otimista e confiante em relação ao mundo e aos outros, que não contempla a emissão de comportamentos agressivos.

A comparação da qualidade da vinculação revelada nas histórias, e a adaptação social no grupo de crianças a residir na instituição indica a dimensão da afirmação como a única onde as crianças inseguras obtiveram uma expressão mais elevada, não confirmando os pressupostos teóricos da teoria da vinculação. De acordo com LaFreniere & Sroufe (1985) as crianças com vinculação insegura (ansiosa/resistente) demonstram medidas de dominância e de participação social baixas, Sroufe (1983) constata que as crianças com vinculação insegura (evitante) também revelam despreendimento ou antipatia em relação aos pares, embora estas manifestem comportamentos de agressividade dirigida às outras crianças evitando o apoio dos educadores.

Em relação aos itens da autonomia, compreensão social, concentração, desenvolvimento da linguagem e motricidade fina relativos à dimensão das habilidades ou em relação à dimensão prosocial nos itens generosidade, sociabilidade e empatia, a teoria da vinculação prevê, ao contrário do que apurámos neste trabalho, serem as crianças seguras a demonstrar um desempenho mais elevado, na medida em que detêm uma bagagem de maior competência instrumental e social (LaFreniere & Sroufe, 1985). Também a pesquisa de Matas, Arend & Sroufe (1978) revelou serem as crianças seguras mais empenhadas, perseverantes, cooperantes e de um modo geral mais competentes ao nível social e cognitivo em relação às crianças inseguras.

A constatação de valores mais elevados na dimensão prosocial revelados pelas crianças inseguras ao nível da comparação da qualidade da vinculação tanto expressa nos desenhos, como nas histórias e a adaptação social, não está de acordo com os pressupostos da teoria da vinculação, especialmente no caso da comparação da qualidade da vinculação expressa nos desenhos e a adaptação social, onde as crianças seguras registam valores mais altos na dimensão da agressão. Crick (1996) faz uma previsão de compromisso na adaptação social futura das crianças quando estas revelam associação estreita entre um índice elevado de agressividade e um baixo nível de comportamentos prosociais. No entanto faz referência ao tipo de intervenção efectuada junto das crianças com problemas de adaptação social como incidindo mais na promoção de competências prosociais, do que na redução dos comportamentos agressivos. Esta explicação parece-nos bastante plausível para compreender a distribuição dos resultados do nosso estudo, mas na falta de medidas de avaliação das práticas de intervenção implementadas, apenas podemos especular.

Procuramos encontrar alguma relação explicativa para a discrepância na adaptação social demonstrada pelo grupo da Misericórdia com uma tendência para o isolamento e o comportamento agressivo registado pelo grupo do Refúgio que nos levou a uma apreciação entrecruzada dos resultados ao nível da adaptação social. Constatámos algumas diferenças no comportamento evidenciado pelo grupo de crianças institucionalizado entre os seus pares, e, entre a maioria insegura deste grupo e as crianças da Misericórdia. Em relação concretamente às dimensões isolamento, prosocial e afirmação, verificamos que as crianças inseguras institucionalizadas evidenciam um comportamento de maior isolamento, ao mesmo tempo que se revelam mais generosas, sociáveis e empáticas relativamente à dimensão prosocial, e com menor expressão ao nível da dominância e da motricidade geral referida à dimensão afirmativa na avaliação do desenho e das histórias realizada por nós no Refúgio; que não se mantém na avaliação da adaptação social referida pelas educadoras no jardim de infância da Misericórdia. Aqui o grupo do Refúgio evidencia menor índice de isolamento ao mesmo tempo que revela menor vocação para a dimensão prosocial e destaca o seu poder ao nível da dimensão afirmativa.

Verificamos que as crianças inseguras do Refúgio tal como as crianças da Misericórdia manifestam tendência para o isolamento. Nas crianças inseguras do Refúgio foi encontrada expressão tanto ao nível dos desenhos como das histórias, no entanto, na medida de comparação com o grupo da Misericórdia não revelam esta tendência e são as crianças da Misericórdia que demonstram um número mais acentuado de casos. Em relação à agressividade das crianças do Refúgio evidenciada na medida de comparação com jardim de infância da Misericórdia, não foi possível encontrar associação nos desenhos embora se confirmasse esta tendência nas histórias.

Podemos propor uma explicação ao nível da organização dos grupos, que a partir do momento que passa a ser uma escolha das crianças pode incorrer num maior número de opções ao nível dos pares no contexto alargado do jardim de infância da Misericórdia com a manifestação de mais comportamentos prósociais do que no Refúgio, na medida em que, este oferece um leque de possibilidades mais reduzido. Por outro lado, o facto de manifestarem mais capacidade afirmativa e menor tendência para o isolamento, de acordo com a teoria, continua a revelar uma oscilação ao nível do depósito de confiança no mundo envolvente conduzindo à interacção social com os pares. A aparente contradição desta tendência para o optimismo não se verificar nos comportamentos prósociais mas sim na tendência para o isolamento e na afirmação, partindo do princípio que está associada á expressão de mais confiança nos outros e no mundo, pode manifestar que esta confiança é mais sentida no grupo da Misericórdia do que no Refúgio.

A reflexão em torno dos resultados apresentou, de um modo geral, alguns desencontros entre o quadro teórico que sustenta este estudo e o comportamento evidenciado pelas crianças. Estes desencontros revelam-se, nomeadamente em relação à capacidade manifestamente não demonstrada pelo grupo de crianças seguras em admitir abertamente as suas falhas durante a entrevista com o fantoche, no tipo de comportamento agressivo evidenciado pelas crianças com uma medida de vinculação segura apurada no desenho e ainda, a capacidade prosocial atribuída às crianças inseguras no questionário de adaptação social.

A omissão de características pessoais desfavoráveis pode ser encarada como uma estratégia defensiva (Bowlby, 1998) a que a criança insegura recorre evitando expor uma imagem de *self* negativa, assim como o comportamento agressivo é uma reacção defensiva (Bowlby, 1998) da criança insegura em relação à ofensiva social a que é continuamente exposta. Este tipo de comportamentos não confirma o modelo da teoria da vinculação, a menos que, em nosso entender, se considere que estas crianças estão em processo de transformação. Não havendo medida da vinculação anterior à entrada na instituição, apenas podemos continuar a especular que esta fosse insegura, sendo a medida de vinculação segura, actualmente evidenciada, o resultado da experiência de interacções quotidianas gratificantes na instituição, operando a transformação dos modelos internos negativos de relação com os outros e de auto-percepção das crianças em modelos positivos. No entanto, esta transformação não se instala automaticamente; tal como outra aquisição desenvolvimental requer um período de adaptação até ser integrada ou equilibrada, de acordo com a estratégia definida por Piaget para explicar o decurso do desenvolvimento nas crianças. A perspectiva de Wallon talvez seja mais elucidativa da trajectória comportamental que num percurso em espiral pode rumar a comportamentos mais adaptados, manifestando ocasionalmente movimentos circulares de exhibições agressivas.

Outra explicação pode encontrar-se no âmbito do que Lafreniere e Sroufe (1985) denominaram de ecologia social. Também estes autores encontraram alguma discrepância, nomeadamente em relação ao comportamento evidenciado pelas crianças seguras ao retirarem-se da actividade lúdica livre em grande grupo numa opção de isolamento parcial com um ou dois pares, ou em relação ao entusiasmo na brincadeira de grupo e actividade fervorosa demonstrado pelas crianças inseguras.

Em relação à capacidade prosocial atribuída às crianças inseguras podemos sugerir que a prática parental pouco estruturada vivida antes da entrada na instituição pode ter contribuído para desenvolver alguma organização em prol da sobrevivência, a lembrar o tipo de entre ajuda familiar verificado nos estudos inter-culturais (Whiting, 1975, citado por Shaffer, 1996). A entrada na instituição pode constituir um reforço deste tipo de organização que continua a manifestar-se.

As crianças da Misericórdia evidenciam uma ligeira superioridade neste tipo de comportamento que podemos atribuir à aprendizagem do modelo relacional positivo na

família, através de exemplos de disponibilidade e gratificação, a promoverem a confiança e a exploração, num equilíbrio indutor de regulação comportamental que introduz o embrião da reciprocidade até a criança ter idade para ser verdadeiramente prosocial (Sroufe, Englund & Sroufe, 1999).

Este estudo pretendeu reunir alguma informação, comprovada por investigadores, de forma a contribuir para o esclarecimento de alguns requisitos fundamentais na organização das relações de vinculação.

Encarando o resultado maioritário das medidas de vinculação insegura nas crianças deste estudo como indicador de risco a comprometer seriamente o seu desenvolvimento social e cognitivo, parece-nos fundamental promover a intervenção. Bowlby (1984, 1998), Sroufe (1999), Ladd & Burgues (1999), entre outros autores, salientam a necessidade de operacionalizar estratégias ao nível das instituições, no jardim de infância e na escola, de forma a proporcionar as condições que permitam transformar a vinculação insegura em segura. Neste sentido, a contribuição de estudos de medida da eficácia das estratégias implementadas poderia desempenhar um papel fundamental, numa eventual delineação futura das práticas educativas a desenvolver.

O resultado de estudos realizados em instituições (Rutter & O`connor, 1999; Bowlby, 1982, 1998, Freud, A., 1973) admite a associação entre uma natureza de vinculação segura, expressa num comportamento socialmente adaptado, e a boa qualidade dos cuidados prestados na instituição. Esta relação enunciada desperta o interesse para uma investigação em torno do tipo de práticas educativas que atribuem uma boa qualidade às instituições.

O carácter exploratório deste estudo permitiu estabelecer relações hipotéticas entre os dados recolhidos, com interesse em termos de levantamento de questões para futuras investigações, nomeadamente em relação ao grupo de pares e ao tipo de relações que estabelecem na instituição e no jardim de infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, D. I. (1982). O Cuidado ao Menor Abandonado Institucionalizado, PSICO. 4, 49-69.

Ainsworth, M. (1969). Object relations, dependency and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. Child Development, 40, 969-1025.

Ainsworth, M. D. S., Blehar, M., Waters, E. & Wall, S. (1978). Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Bowlby, J. (1984). Apego e perda. Vol. I. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1998). Apego e perda. Vol. II. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1998). Apego e perda. Vol. III. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1981). Cuidados Maternos e Saúde Mental. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1982). Formação e Rompimento dos Laços Afectivos. São Paulo: Martins Fontes.

Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. Developmental Psychology, 28 (5), 759-775.

Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990). Assessing internal working models of the attachment relationship: An attachment story completion task for 3-year-olds. In M. T. Greenbergh, D. Cicchetti, & E.M. Cummings (Eds.), Attachment in preschool years. Theory research and intervention (pp. 273-308). Chicago: University of Chicago Press.

Bretherton, I. & Munholland, A., K. (1999). Internal Working Models in Attachment Relationships, A construct Revisited. In Hand Book of Attachment. Theory Research and Clinical Applications. (pp.89-110) New York. Guilford Press.

Belsky, J. & Nezworski, T. (1988). Clinical implications of attachment. In Belsky & Nezworski (Eds.), Clinical implications of attachment. (pp. 3-17). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Bohlin, G., HageKull, B. & Rydel, A. (2000). Attachment and Social Functioning: A Longitudinal Study from Infancy to Middle Childhood, Social Development, 9, (1), 24-39.

Cassidy J., Scolton L., K., Kirsh, J., S., & Parke, D., R. (1996). Attachment and Representations of Peer Relationships, Developmental Psychology, 32 (5), 892-904.

Cassidy, J. (1999). The Nature of Child's Ties. In Hand Book of Attachment. Theory Research and Clinical Applications. (pp.3-19) New York. Guilford Press.

Cassidy, J. (1988). Child-mother Attachment and the Self in Six-Year-olds. Child Development, 59, 121-134.

Cox, M. J., Owen, M. T., Henderson, V. K., & Margand, N., A. (1992). Prediction of infant-father and infant mother attachment. Developmental Psychology, 28, 474-483.

Crick, N. R. (1996). The role of overt aggression, relational aggression, and prosocial behaviour in the prediction of children's future social adjustment. Child Development, 67, 2317-2327.

Dozier, M., Stovall, C., Albus, E. K., & Bates, B. (2001). Attachment for Infants in Foster Care: The Role of Caregiver State of Mind. Child Development, 72, (5) 1467-1477.

Duarte, M. (2002). Relação Entre a Qualidade da Vinculação e a Adaptação Social na Educação Pré-Escolar. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Educacional) Lisboa Instituto de Psicologia Aplicada.

Freud, A., Burlingham, D. (1973). Infants without families. The case for and against residential nurseries. In The writings of Anna Freud Vol.III – 1939-1945. (pp.541-666). New York. International Universities Press.

Freud, A., Burlingham, D. (1974). Discussion of John Bolby's Work on Separation, Grief, and Mourning. In The writings of Anna Freud Vol.V Research at the Hampstead Child-Therapy Clinic and Other Papers 1956-1965. (pp. 167-186). New York. International Universities Press.

Freud, A. & Dann, S. (1951). An experiment in group upbringing. Psychoanalytic Study of the Child, 6, 127-168.

Hay, D. F. & Ross, H. S. (1982). The social nature of early conflict. Child Development, 53, 105-113.

Howes, C. (1999). Attachment Relationships in the context of Multiple Caregivers. In Hand Book of Attachment. Theory Research and Clinical Applications. (pp.671-685) New York. Guilford Press.

Howes, C., Hamilton, E., C., & Philipsen, C., L. (1998). Stability and Continuity of Child-Caregiver and Child-Peer Relationships. Child Development, 69, 418-426.

Howes, C., Rodning, C., Galluzzo, D. C. & Mayers, L. (1990). Attachment and child care: Relationships with mother and caregiver. In Fox, N. & Fein, G. C. (Eds.), Infant day care: The current debate. (pp. 169-182). New Jersey: Ablex Publishing Corporation.

Howes, C. & Hamilton, E., C. (1992). Children's Relationships with Caregivers: Mothers and Child Care Teachers. Child Development, 859-866.

Kaplan, N., & Main, M. (1986). Instructions for the classification of children's family drawings in terms of representation of attachment. Berkeley: University of California. Tradução do ISPA Instruções para a Classificação do Desenho Infantil da Família em termos da Representação da Vinculação. Departamento de Psicologia da Universidade da Califórnia, Berkeley.

Ladd, G. & Burgess, K. B. (1999). Charting the relationship trajectories of aggressive, withdrawn, and aggressive/withdrawn Children during early grade school. Child Development, 70 (4), 910-929.

Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985) Security in Infancy, Childhood and Adulthood: A Move to the Level of Representation. In I. Bretherton & Waters (Eds.), Growing points in Attachment Theory and Research. Monographs of the Society for Research in Child Development, 50 (1-2, Serial N° 209), 66-104.

Main, M. & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In Greenberg, Cicchetti & Cummings (Eds.), Attachment in the preschool years: Theory, research and intervention (pp.121-160). Chicago: The University of Chicago Press.

Oppenheim, D., Sagi, A., & Lamb, E., M. (1988) Infant-Adult Attachments on the Kibbutz and Their Relation to Socioemotional Development 4 Years Later. Child Development. 24, 427-433.

Pinto, B., J. (1982). Sobre a Concepção de Vinculação. Análise Psicológica, 1/2 (III); 47-66.

Reis, N. (2000). O Desenvolvimento de Bebés em Instituição. (Dissertação de Mestrado em Psicopatologia e Psicologia Clínica) Lisboa Instituto de Psicologia Aplicada.

Rubin, H., K., Stewart, L., S. & Chen, X. (1995) Parents of Aggressive and Withdrawn Children. In Bornstein, M., H., (Ed.), Handbook of Parenting. (Vol.I, pp. 255-284). Lawrence Erlbaum Associates, Publishers: New Jersey.

Rutter, M. (1981). Short-Term Effects of “Maternal Deprivation”, Long-Term consequences: Modifying Factors. In Maternal Deprivation Reassessed. (pp.31-80) London: Penguin Books.

Rutter, M., O’connor G. T. (1999). Implications of Attachment Theory in Child Care Policies. In Hand Book of Attachment, Theory Research and Clinical Applications. (pp.823-844) New York. Guilford Press.

Schaffer, H. R. (1996). Desenvolvimento social da criança. Lisboa Instituto Piaget.

Sagi, A., van IJzendoorn H. M., Aviezer, O., Donnel, F., Maysel, O. (1994) Sleeping Out of Home in a Kibbutz Communal Arrangements: It Makes a Difference for Infant-Mother Attachment. Child Development, 65, 992-1004.

Oppenheim, D., Sagi, A., & Lamb, E., M. (1988) Infant-Adult Attachments on the Kibbutz and Their Relation to Socioemotional Development 4 Years Later. Child Development, 24, 427-433.

Soares, I. (1998). Representações da vinculação na idade adulta e na adolescência. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

Sroufe, L., A., & Waters, E. (1977). Attachment as an organizational construct. Child Development, 48, 1184-1199.

Sroufe, L., A. (1988). The role of infant-caregiver attachment in development. In Belsky & Nezworski (Eds.), Clinical implications of attachment (pp. 18-38). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Sroufe, L., A. (1983). Infant caregiver attachment and patterns of adaptation in preschool: The roots of maladaptation and competence. In M. Perlmutter (Ed.), The Minnesota Symposia on Child Psychology, (Vol. 16, pp. 41-83). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Sroufe, L., A., Egeland, B., & Carlson, A., E. (1999). One Social World: The Integrated Development of Parent-Child and Peer Relationships. In W. A. Collins & B. Laursen (Eds.), Relationships as developmental Context: The Minnesota Symposium on Child Psychology, (pp.241-262), Hillsdale, N.J: Erlbaum.

Sroufe, L., A. (2000). Early Relationships and the Development of Children. Infant Mental Health Journal, Vol. 21, Nº 1-2, 67-74.

Strecht, P. (1997). Crescer Vazio: Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes. Lisboa: Edição do Autor.

Van Ijzendoorn H., M., & Kroonenberg, P. (1988). Cross-Cultural Patterns of Attachment: A Meta Analysis of the Strange Situation. Child Development, 59, 147-156.

Van Ijzendoorn H., M., & Sagi, A. (1999). Cross-Cultural Patterns of Attachment. Universal and contextual dimensions. In Hand Book of Attachment. Theory Research and Clinical Applications. (pp.713-734) New York. Guilford Press.

Verschueren, K., Schoefs, V. & Marcoen, A. (1994). Handpop Interview. Instructies en codering. Aanpassing van het Puppet Interview van Cassidy (1986) [Adaptation of the Puppet Interview (Cassidy, 1986): Instructions and coding]. Unpublished manual, Center for Developmental Psychology, University of Louvain.

Waters, S., H., Rodrigues, M., L., & Ridgeway, D. (1998). Cognitive underpinnings of a narrative attachment assessment. Journal of Experimental Child Psychology, 7 (3), 211-234.

Westen, D. (1998). The Scientific Legacy of Sigmund Freud: Toward a Psychodynamically Informed Psychological Science. Psychological Bulletin. Vol. 124, N° 3, 333 – 371.

Willemsen, E. & Marcel, K. (2004) Attachment 101 for Attorneys: Implications for Infant Placement Decisions. (On -line) <http://www.scu.edu/ethics/publications/other/lawreview/attachment101.html>

Winnicott, D. (1990). O Ambiente e os Processos de Maturação. Porto Alegre: Artes Médicas